

PODER LEGISLATIVO

Resenha Parlamentar

Resumo das atividades do Congresso Nacional, de 15 de junho a 10 de julho, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Na Câmara dos Deputados

Concluída a votação da emenda e subemendas que instituem o regime parlamentarista. Rejeitadas na sessão de 15 de junho as Emendas Castilho Cabral e Raul Pila (D.C. 16-6, pág. 5.505).

VETO

No Senado Federal

Chega ao Senado a Mensagem do Poder Executivo para comunicar que foi vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara que aprova o Plano de Carvão Nacional (D.C. 18-6, pág. 5.645).

ABONO AO JUDICIÁRIO

No Senado Federal

Em discussão única, é aprovado o projeto de lei da Câmara que estende os dispositivos da lei do abono ao pessoal do Judiciário (D.C. 19-6, pág. 5.721).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir, com pareceres das comissões técnicas, o projeto de lei que dispõe sobre a exportação de pedras preciosas e semipreciosas (D.C. 18-6, página 5.593).

Da Comissão de Economia, foi a imprimir o parecer que opina pelo arquivamento do ofício da Comissão Executiva da Defesa da Borracha, encaminhando o Boletim de Informações Trimestrais da referida Comissão (D.C. 18-6, pág. 5.598).

O deputado Moura Rezende apresentou projeto de lei que prorroga o prazo estipulado no art. 1º da Lei nº 1.772, de 18 de dezembro de 1952, sobre aumento de capital das sociedades de fins comerciais ou dedicadas à indústria agropecuária (D.C. 18-6, pág. 5.615).

Encerrada a discussão prévia dos projetos de lei que: restabelece a cobrança dos impostos incidentes sobre os produtos extrativos dos Territórios Federais e dá outras providências; e concede isenção de impostos aos agricultores alagoanos que ocupem e cultivem terrenos de marinha (D.C. 19-6, pág. 5.699). Estes projetos foram rejeitados na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, página 5.772).

No Senado Federal

E' considerado inconstitucional, em primeira discussão, o projeto de lei do Senado que autoriza a atualização e revigoramento de leis e decretos que prescrevem a instalação de "zonas francas" no país (D.C. 16-6, pág. 5.547).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que modifica dispositivos das Leis ns. 86, de 8-12-47, e 1.184, de 30-8-50 (Mercado de borracha). (D.C. 19-6, página 5.719).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que retifica o Orçamento de 1953 no Anexo 18 — M.E.S., verba Serviços e Encargos, Auxílios e Subvenções (D.C. 16-6, pág. 5.504).

Publicada a redação final do projeto de lei que concede auxílio financeiro para custear, em parte, as despesas com a organização e a realização do Sexto Congresso Eucárístico (D.C. 17-6, pág. 5.558). Aprovada a redação final (D.C. 18-6, pág. 5.624).

Foi a imprimir o projeto de lei do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de auxílios, consignados no orçamento de 1949, a diversas entidades (D.C. 18-6, pág. 5.598).

Os deputados Rui Ramos e Campos Vergal apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para auxílio às despesas decorrentes da organização e realização do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil; e autoriza abertura de crédito especial para ser entregue, como auxílio, ao Abrigo Tereza de Jesus (D.C. 18-6, pág. 5.615).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que concede subvenção anual à Policlínica Geral do Rio de Janeiro (D.C. 19-6, pág. 5.694). Idem com relação ao projeto que concede auxílio para atender às despesas com a III Festa Nacional do Trigo, a realizar-se em Erechim, RS. (Pág. 5.696).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de lei: concede auxílio financeiro para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará, comemorativo da chegada à cidade de Belém do Padre Jesuíta Antônio Vieira; autoriza abertura de crédito especial para completar o pagamento da subvenção devida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e idem para pagamento de auxílio concedido ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, SP (D.C. 19-6, pág. 5.698-99). Estes projetos foram aprovados na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.768).

Examinados os esquintes projetos de lei: em primeira discussão, aprovado, o que inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União; em primeira discussão, rejeitado o que concede auxílio ao Município de Santo André, para as comemorações do 4º centenário de sua fundação; em discussão única, rejeitadas as emendas do Senado ao projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público de Triunfo, Pernambuco; em segunda discussão, aprovado com emenda o que abre crédito especial para pagamento da subvenção devida ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá (D.C. 19-6, págs. 5.703, 5.707 e 5.708).

Vai a imprimir o projeto de lei que abre crédito especial para auxiliar a instalação da Casa Euclidiana, em São José do Rio Pardo, São Paulo (D.C. 20-6, pág. 5.739). Também foi a imprimir o projeto de lei que abre crédito especial para a realização do I Congresso Nacional do Algodão, no município de Rancharia, São Paulo (página 5.740).

Em discussão única, foi aprovada a emenda ao projeto de lei que concede subvenção anual à campanha nacional de educandários gratuitos (D.C. 20-6, pág. 5.767).

No Senado Federal

Foi a imprimir com o parecer da Comissão de Finanças o Projeto da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.E.S. crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico a realizar-

se por ocasião do cinqüentenário da Faculdade de Direito do Ceará no ano de 1953 (D.C. 16-6, pág. 5.541).

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR

No Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei que dá nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 19, do Código de Justiça Militar (D.C. 19-6, pág. 5.699). Aprovada na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.771).

CÓDIGO DO PROCESSO PENAL

No Senado Federal

E' aprovado, em discussão única, o substitutivo ao projeto de lei do Senado que dá nova redação ao art. 221 do Código do Processo Penal (D.C. 16-6, pág. 5.547).

CONTRATOS PÚBLICOS

No Câmara dos Deputados

Foram a imprimir os seguintes projetos da Comissão de Tomada de Contas: aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Pirelli S. A. — Companhia Industrial Brasileira, para o fornecimento de 241.744 quilos de fio de cobre com alma de aço; idem entre a D. R. dos Correios e Telégrafos em Pernambuco e João Ferreira Marques, para construção de um prédio destinado a instalação de uma usina; idem entre o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S.A., para fornecimento de aparelhagem telegráfica; idem entre o D.F.C. e a firma Byington & Cia. para fornecimento ao Serviço de Informação Agrícola de um aparelho de transmissão de radiodifusão; idem entre a D. Obras do M.E.S. e a firma Tedesco & Cia. Limitada, para obras complementares na Escola Técnica de Pelotas, RS; idem entre o D.C.T. e a firma Ericsson do Brasil — Comércio e Indústria S.A., para construção da primeira etapa da linha aérea entre São Paulo e Campinas; e mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao término aditivo ao contrato celebrado entre o Governo do Brasil e Otto Johann Robert Borger, para desempenhar a função de Chefe da Subseção de Impressão do Serviço Geográfico do Exército (D.C. 16-6, páginas 5.488-92). Estes projetos foram aprovados em primeira discussão na sessão de 18 de junho (D.C. 19-6, páginas 5.706-07).

Da Comissão de Tomada de Contas, foi a imprimir o projeto que mantém a decisão do T.C. que negou registro ao contrato celebrado entre a Seção do Fomento Agrícola em Mato Grosso e Marcelo Miraglia, para serviços no Pôsto Agropecuário de Rosário Oeste (D.C. 19-6, pág. 5.696).

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda., para construção de viadutos subterrâneos e uma linha de posteação para lançamento de cabos, em Manaus; idem entre a Fazenda Nacional e Josué Martins e sua mulher referente à desapropriação de uma faixa de terra encravada na propriedade denominada "Barra", no Município dos Afogados das Ingazeiras, Pernambuco; idem entre o Ministério da Aeronáutica e John Puttman Webber, para professor associado de Meteorologia Sinótica do Instituto Tecnológico de Aeronáutica; idem entre o M.A. e a firma Construtora e Conservadora Americana Limitada, para execução e reparos no Entreposto de Pesca do Distrito Federal; idem entre o Ministério da Justiça e a Cia. Federal de Eletricidade, para fornecimento de um gabinete radiológico e a instalação do mesmo no Sanatório do D.F.; idem entre o M.E.S. e o Estado de São Paulo, para manutenção de leprosários e preventórios no referido Estado; idem entre a Superintendência das Empresas Incorporadas e a firma Maveroy Sociedade Indústrias Frigoríficas Limitada para ampliação das instalações das indústrias do frio na Emprêsa de Armazéns Frigoríficos; mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.Ae. e a Companhia Moraes Rego S.A. para execução do serviço de acabamento

do pavilhão de rancho da Base Aérea de Santa Cruz; idem entre o M. Ae. e Dorothy Norton Pont para professor Associado de Idiomas do Instituto Tecnológico de Aeronáutica; idem entre o M.A. e Luiz Antônio Tavares Silva, para a irrigação agrícola da propriedade denominada "Paraíso", no município de Parnaíba, Piauí; idem entre o mesmo Ministério e a firma Geraldo Duarte Passos, para execução de obras na Inspetoria Regional da D.F.P.A. em Goiânia; idem entre o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S.A. para fornecimento de mesas de comutação e exames; idem entre o M.A. e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, para fins de irrigação; idem entre o M.J.N.I. e a firma Construtora Senobra Ltda. para construção de rãdes dágua, gás, luz e esgotos na casa do administrador da Casa Maternal Melo Matos; e idem entre o M.E.S. e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, para funcionamento do Instituto de Leprologia no Hospital Frei Antônio (D.C. 19-6, págs. 5.705-06-07).

No Senado Federal

Foi a imprimir com o parecer das Comissões Técnicas o Projeto de Decreto Legislativo que negou ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Rocha e Cia. (D.C. 16-6, pág. 5.540).

Aprovado o substitutivo, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao término de ajuste celebrado entre o Ministério da Agricultura e Manuel Nunes de Magalhães (D.C. 16-6, pág. 5.546).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de Decreto Legislativo que mantém decisão do Tribunal de Contas que autorizou o registro sob reserva de despesa relativa ao pagamento decorrente de auxílio a várias companhias teatrais (D.C. 16-6, página 5.567).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de Decretos Legislativos:

a) que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro de contrato celebrado entre a Administração do Edifício da Fazenda e a Limpadora Brasileira;

b) que aprova o Término de escritura Pública de compra e venda entre o D.N.P.M., do Ministério da Agricultura e Theodoro Kestrin (D.C. 17-6, página 5.570).

Em discussão única, volta às Comissões Técnicas o projeto de Decreto Legislativo que informa a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o D.C.T. e Wolney Frederico Dantas Hupsel, para desempenhar a função de Engenheiro Especializado em Pesquisas Tecnológicas (D.C. 19-6, página 5.720).

DIPLOMACIA

No Senado Federal

Foi a imprimir com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Decreto Legislativo que aprova a convenção entre os Estados Americanos (D.C. 16-6, pág. 5.540).

DOAÇÕES

No Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza a União a fazer a doação à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, de lote de terreno localizado no setor central de Goiânia (D.C. 19-6, página 5.707).

ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No Senado Federal

E' aprovado, em discussão única, o parecer da Comissão de Justiça, contrário à indicação n.º 3 que prevê se inicie em cada uma das casas do Congresso o estudo do Orçamento Geral da República (D.C. 17-6, página 5.577).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Com parecer contrário da Comissão de Educação e Cultura, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior (D.C. 19-6, pág. 5.695).

Encerrada a discussão do projeto de lei que concede determinada importância em dinheiro ao Centro de Pesquisas Pedagógicas para investigar a evolução da educação no Brasil, desde o período colonial até o momento atual (D.C. 19-6, pág. 5.698). Aprovado na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.767).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a discussão do projeto de lei que regulamenta o exercício das atividades dos viajantes, vendedores e representantes comerciais; em virtude de emenda, volta às Comissões Técnicas (D.C. 19-6, pág. 5.702).

Aprovada a nomeação de uma comissão especial para relatar o projeto de lei que dispõe sobre a profissão de atuário e dá outras providências (D.C. 19-6, pág. 5.710).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

O deputado Nelson Carneiro apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar para atender a despesas da Estrada de Ferro de Ilhéus, com pessoal e material, durante o exercício de 1953 (D.C. 16-6, pág. 5.499).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito suplementar à conta da verba 3 — Serviços e Encargos, Anexo n.º 21; idem do crédito especial para pagamentos a concessionários de portos; idem para atender ao pagamento de despesas devidas ao Lóide Brasileiro; idem com a realização da Conferência Mundial de Energia; nesta capital (D.C. 19-6, pág. 5.699). Estes projetos foram aprovados na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.768-70-71).

Aprovados os seguintes projetos de lei: em segunda discussão, o que autoriza a abertura de créditos adicionais que especifica, ao Poder Judiciário; em primeira discussão, o que autoriza abertura de crédito especial para as despesas com a manutenção, em 1953, da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pouso e Recuperação em Pirapora e Monte Azul (D.C. 19-6, págs. 5.708 e 5.710).

Aprovada a emenda do Senado ao projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar à Verba 3, Anexo 21 (D.C. 20-6, pág. 5.767).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que retifica o artigo 7.º, da Lei n.º 1.815, de 1953 (D.C. 20-6, pág. 5.771).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para materiais importados diretamente por empresas ferroviárias do país (D.C. 16-6, pág. 5.504).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de lei: concede isenção de direitos de importação para materiais destinados aos serviços portuários; idem para materiais importados pela Fundação para o Livro dos Cegos do Brasil; idem para material elétrico de fabricação suíça, em favor da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (D.C. 19-6, págs. 5.698-99). Os dois primeiros projetos foram aprovados na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.767).

Aprovados os seguintes projetos de lei: em segunda discussão, que concede isenção de direitos de importação para 20 toneladas de mármore de Carrara, destinadas à

Basílica da Penha, Recife; e em primeira discussão, que concede isenção de direitos de importação para um micro-ônibus a ser importado pelas Missões Franciscanas do Estado de Alagoas (D.C. 19-6, pág. 5.707-8).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que altera o critério de descontos de utilidades sobre o salário mínimo (D.C. 17, pág. 5.568). Aprovada a redação final (D.C. 18-6, pág. 5.624).

No Senado Federal

E' rejeitado por inconstitucional, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que institui nas Comarcas do interior, recurso "ex-officio" das decisões proferidas contra os empregados (D.C. 17-6, pág. 5.577).

Em discussão única, volta às comissões técnicas, o projeto de lei da Câmara que determina que a vigilância dos navios será feita por profissionais matriculados nas Delegacias de Trabalho Marítimo (D.C. 17-6, pág. 5.557).

LEI ORGÂNICA DA SAÚDE

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Saúde Pública às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto de lei que institui a Lei Orgânica da Saúde e dá outras provisões (D.C. 18-6, pág. 5.591).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi aprovado o substitutivo da Comissão de Justiça ao projeto de lei que acrescenta parágrafo único ao artigo 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, que dispõe sobre o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (D.C. 19-6, página 5.707).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Prosseguiu na sessão de 17 de junho a discussão do projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 18-6, pág. 5.626). Idem na sessão de 18 de junho (D.C. 19-6, pág. 5.686). Idem na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.751).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a audiência da Comissão do Vale do São Francisco para o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para a construção de uma fazenda escola junto ao Campo Experimental da cidade de Pôrto Real do Colégio, em Alagoas (D.C. 16-6, pág. 5.504).

Encerrada a primeira discussão do projeto de resolução que altera a organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, modifica o seu quadro de pessoal e dá outras providências. Em virtude de emendas, volta à Mesa (D.C. 16-6, pág. 5.520).

Encerrada a primeira discussão dos seguintes projetos de lei: cria o Instituto Nacional de Cinema e dá outras providências; cria uma Escola de Iniciação Agrícola no Rio Grande do Sul; e dispõe sobre a denominação dos Estabelecimentos bancários (D.C. 19-6, páginas 5.698-99). Esses projetos foram aprovados na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.768).

O deputado Ulysses Lins apresentou projeto de lei que cria agências de arrecadação nos municípios de Buique e Serra Talhada, Pernambuco (D.C. 20-6, pág. 5.741).

Apresentado pelo deputado Paulo Nery, foi a imprimir projeto de lei que cria uma escola de aprendizes de

marinheiros em Manaus, Estado do Amazonas (D.C. 20-6, pág. 5.756).

Em discussão prévia, foi aprovado o projeto de lei que cria uma Junta de Conciliação e Julgamento com sede em Corumbá, Mato Grosso (D.C. 20-6, pág. 5.772).
No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que cria a Escola do Urutai, no Estado de Goiás (D.C. 17-6, pág. 5.568).

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Na Câmara dos Deputados

Iniciada a discussão única sobre as emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a organização sindical. Na discussão da matéria, falaram os deputados Fernando Ferrari e Lopo Coelho (D.C. 14-6, pág. 5.462). Prosseguiu a discussão na sessão de 15 de junho (D.C. 16-6, pág. 5.531).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que concede gratificação mensal aos Juízes de Direito e Judiciário do interior, que exerçam funções inerentes às Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, quando faltem estas em suas jurisdições (D.C. 16-6, pág. 5.499).

Aprovada a redação final do projeto de lei que dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça — D.F.S.P. (D.C. 16-6, pág. 5.504).

Foi a imprimir o projeto de lei do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de gratificação devida a Francisco Bernardo de Souza, pela execução de trabalho técnico ou científico (D.C. 18-6, pág. 5.597).

Com pareceres das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre a carreira de agente fiscal do Impôsto de Renda e dá outras providências (D.C. 19-6, pág. 5.662).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de lei: concede abono de Natal aos funcionários públicos aposentados da União (emenda do Senado); dispõe sobre os vencimentos dos professores catedráticos da Universidade do Brasil, aposentados anteriormente à Lei que aumentou os vencimentos desses servidores; dispõe sobre as atribuições e competência do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais; e estende aos contínuos e serventes, lotados nos órgãos do Poder Judiciário, os efeitos da Lei nº 1.721, de 1952, que dispõe sobre as carreiras de Servente e Contínuo do Serviço Público Federal (D.C. 19-6, pág. 5.698). O segundo foi aprovado; os dois últimos rejeitados (D.C. 20-6, pág. 5.768).

Aprovados na sessão de 18 de junho os seguintes projetos de lei: abre e autoriza a abertura de créditos suplementar e especial para atender a despesas com abono de emergência e salário-família, concedidos aos funcionários do Tribunal Federal de Recursos; autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação devida ao Dr. Assad Mameri Abdennur, médico do Q.P. do M.E.S.; abre e autoriza a abertura de crédito suplementar e especial para atender às despesas com o pagamento de abono de emergência e salário-família, concedidos a servidores do Supremo Tribunal Federal (D.C. 19-6, págs. 5.707 e 5.710).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de lei que efetiva tesoureiros e assistentes dos serviços de caixa do IAPI, que contarem mais de cinco anos de efetivo exercício, a partir da data da promulgação desta lei (D.C. 20-6, pág. 5.744).

Em discussão única, foram aprovadas as emendas do Senado ao projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de diferenças de vencimentos, salário-família, de auxílio-funeral e de outras vantagens, devidas a servidores do Tribunal de Contas (D.C. 20-6, pág. 5.767).

Rejeitado, em discussão prévia, o projeto de lei que aplica ao pessoal de obras da União o regime jurídico aplicável aos extranumerários ou aos trabalhadores das empresas privadas (D.C. 20-6, pág. 5.772).

No Senado Federal

Foi a imprimir com o parecer da Comissão de Finanças projeto de lei da Câmara que abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — um crédito especial de Cr\$ 90.000,00, para atender ao pagamento de gratificação adicional, por tempo de serviço, aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do R. G. do Sul (D.C. 16-6, pág. 5.540).

Foi a imprimir com o parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 72.420,00, destinado ao pagamento de diferenças de vencimentos ao Professor Ciro Romano Farina (D.C. 16-6, pág. 5.541).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza a abertura, pelo M.E.S., de crédito especial de Cr\$ 422.920,20, destinado ao pagamento de gratificação de magistério a diversos professores (D.C. 16-6, página 5.541).

E' lido, apoiado e volta às Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que prevê eleição dos Conselhos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (D.C. 16-6, pág. 5.546).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Abelardo Andréa ao projeto de lei que cria no Exército o Quadro de Auxiliares de Administração (D.C. 20-6, pág. 5.730).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Gustavo Capanema apresentou projeto de resolução que constitui uma comissão especial de dezesseis membros* para dar parecer sobre as emendas oferecidas pelo Senado Federal ao projeto que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. (D.C. 20-6, pág. 5.756).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a Constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. (D.C. 16-6, página 5.541).

Em discussão única, é aprovado o parecer da Comissão de Redação à redação final das emendas do Senado ao Projeto de lei da Câmara que cria a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. (D.C. 19-6, pág. 5.721).

PLANO DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei que dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco. Em virtude de emendas, volta às Comissões da Bacia do São Francisco e de Finanças (D.C. 14-6, pág. 5.454).

PLANO GERAL DE VIAÇÃO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a nomeação de uma comissão especial para relatar o projeto de lei que aprova o Plano Geral de Viação Nacional (D.C. 19-6, pág. 5.710).

POLÍGONO DAS SÉCAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que altera a Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de

1951, que fixa os limites da área do Polígono das Sêcas, estendendo-se aos municípios de Virgem da Lapa, Aras-sussai, Buenópolis, Corinto e Curvelo, no Estado de Minas Gerais (D.C. 20-6, pág. 5.741).

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Publicado um estudo do deputado Francisco Lacerda de Aguiar ao relatório do deputado Ferraz Igreja sobre a prestação de contas do Presidente da República (D.C. 20-6, pág. 5.733).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a nomeação de comissões especiais para relatar os seguintes projetos de lei: transfere para o IPASE a filiação das costureiras da Intendência da Guerra; e regula a contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões (D.C. 19-6, pág. 5.710).

O deputado Carvalho Neto apresentou projeto de lei que concede aos aposentados de acordo com o art. 5º do Decreto-lei n.º 5.567, de 14 de julho de 1943, provenientes correspondentes aos seus vencimentos integrais (D.C. 20-6, pág. 5.715).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos IAP e CAP para prestação de assistência alimentar aos seus associados (D.C. 19-6, pág. 5.718).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões técnicas o projeto de decreto legislativo que mantém o registro sob reserva da concessão de melhoria de pensão de monopólio (D.C. 17-6, pág. 5.568).

PROJETO 1.082

Na Câmara dos Deputados

Em virtude da preferência concedida na sessão anterior, entrou em votação e foi aprovada a emenda n.º 3 ao projeto de lei que altera carreiras dos Quadros Permanente e Especial do M.E.S. A emenda transforma em cargos isolados padrão O e funções isoladas referência 31 os atuais cargos e funções de médicos de qualquer natureza ou especialização existentes no serviço público federal. No encaminhamento da votação e em declarações de voto falaram os deputados Benjamin Farah, Armando Falcão, Luís Garcia, Tenório Cavalcanti, Fernando Ferrari, Freitas Cavalcanti, Adahil Barreto, Galdino do Vale, João Agripino, Afonso Arinos, Raimundo Padilha e Brochado da Rocha. O requerimento de preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças não chegou a ser votado (D.C. 14-6, pág. 5.469). Prosseguiu a votação da matéria na sessão de 19 de junho. Foi aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças que transforma em carreiras e séries funcionais, escalonadas, respectivamente de M a O e 29 a 31, os cargos e funções existentes no serviço Público Federal ocupados por profissionais de nível universitário superior (D.C. 20-6, pág. 5.761).

PROTEÇÃO DA FAMÍLIA

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a discussão dos projetos de lei que: altera dispositivo do Decreto-lei n.º 3.200, de 19-4-41, que dispõe sobre a organização e proteção da família; e institui proteção especial à família brasileira, isentando dos impostos de transmissão "inter vivos" a propriedade residencial urbana, primeira e única adquirida por pessoa física para uso familiar (D.C. 19-6, pág. 5.699). O primeiro projeto foi aprovado e o último rejeitado na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.771).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial destinado ao Serviço Nacional de Malária, para o combate à malária na Amazônia (D.C. 19-6, pág. 5.699). Aprovado na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.771).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que retifica o Anexo n.º 18 — M.E.S., Verba 3 — VII — 69. Dotação para atender ao disposto no Art. 199 da Constituição (D.C. 16-6, pág. 5.541).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para estudo e construção das redes de distribuição d'água potável e esgôto da cidade de São Lourenço, MG (D.C. 16-6, pág. 5.504).

Publicada a conferência proferida pelo professor Albert Robeaux no Clube de Engenharia, sobre o problema da seca no Nordeste (D.C. 17-6, pág. 5.554).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de lei: dispõe sobre a denominação de aeroportos e aeródromos nacionais; autoriza o Poder Executivo a Construir duas barragens nos riachos "Lagoa do Escorial" e "Lagoa Primeira", em Sergipe; autoriza abertura de crédito especial para obras relacionadas com a distribuição de água potável na cidade de Carangola, MG; e cria portos livres na costa brasileira para uso dos Estados centrais (D.C. 19-6, pág. 5.698). O segundo e terceiro projetos foram rejeitados (D.C. 20-6, pág. 5.767).

Aprovados os seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas com transporte de malas postais por via aérea realizado em 1952; dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e no exterior por empresas brasileiras e estrangeiras; dá o nome de Washington Luiz à rodovia Rio-Petrópolis; e autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do aeroporto de Palmeira dos Índios, Alagoas (D.C. 19-6, págs. 5.703, 5.708 e 5.710). A emenda do Senado a este projeto foi rejeitada.

Encerrada a discussão do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes de Manaus, Belém e Fortaleza (D.C. 19-6, pág. 5.698). Aprovado na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.767).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei que determina a execução imediata das obras autorizadas por lei e atualmente paralisadas ou não iniciadas nos Estados do Nordeste (D.C. 16-6, página 5.541).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Flávio Castrioto apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a lotear terrenos marginais às E. F. Leopoldina e Central do Brasil, a elas pertencentes (D.C. 16-6, pág. 5.493).

Prosseguiu em segunda discussão o debate em torno do projeto de lei que intitui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências (D.C. 16-6, pág. 5.504). Idem na sessão de 18 (D.C. 19-6, página 5.686). Idem na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.750).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de lei que altera o item 4º do art. 9º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre

o serviço de loterias e dá outras providências (D.C. 18-6, págg. 5.615).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de resolução que estabelece normas tendentes a acelerar o andamento das proposições (D.C. 19-6, pág. 5.674).

Encerrada a discussão prévia do projeto de lei que dispõe sobre o recolhimento aos cofres da União, pelos Estados e pelo Distrito Federal da importância de 3% calculados sobre a respectiva arrecadação do exercício anterior, para ocorrer às despesas com a manutenção da justiça (D.C. 19-6, pág. 5.699). Este projeto foi rejeitado na sessão de 19 de junho (D.C. 20-6, pág. 5.772).

Aprovada a designação de comissão especial para relatar o projeto de lei que dispõe sobre o serviço de loterias (D.C. 19-6, pág. 5.710).

O deputado Benjamin Farah apresentou projeto de lei que dispõe sobre passe livre aos jornalistas profissionais e dá outras providências (D.C. 20-6, pág. 5.740).

Iniciada a primeira discussão do projeto de resolução que autoriza a Mesa da Câmara a remeter ao Presidente da República os autos do inquérito realizado sobre as atividades da Comissão Central de Preços (D.C. 20-6, pág. 5.756). Em virtude de emendas, volta à Comissão de Inquérito (D.C. 20-6, pág. 5.773).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de resolução que aprova as conclusões do relatório da Comissão de Inquérito sobre as ocorrências verificadas na fronteira do Sul do Brasil (D.C. 20-6, pág. 5.773).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública (D.C. 16-6, pág. 5.540).

E' aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as comemorações do primeiro centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu (D.C. 16-6, pág. 5.546).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que revoga o parágrafo único do art. 27 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21-6-41, o parágrafo único do art. 15 do mesmo decreto-lei (Desapropriação por utilidade pública) (D.C. 18-6, pág. 5.647).

Foi a imprimir a Redação Final do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, crédito especial para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto n.º 18.042, de 12-3-45 (D.C. 18-6, pág. 5.648).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado o projeto de resolução que concede licença ao deputado João Goulart para tratar de interesses particulares (D.C. 16-6, pág. 5.504).

Iniciada a discussão do requerimento do deputado Flores da Cunha que solicita à Câmara dos Deputados se dirija ao Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, apelando no sentido de que o mesmo use dos poderes de clemência para com o casal Rosemberg, evitando a sua execução (D.C. 18-6, pág. 5.624). Foi a imprimir um substitutivo apresentado pelo deputado Artur Santos e outros (pág. 5.626). Aprovado o substitutivo (D.C. 19-6, pág. 5.684).

Entra em discussão o requerimento que solicita a convocação do Ministro da Aeronáutica a fim de prestar esclarecimentos sobre a operação de troca de aviões a jato inglês por algodão brasileiro (D.C. 20-6, página 5.773).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 15 de junho, os seguintes senhores deputados: Vieira Lins sobre a situação calamitosa da lavoura cafeeira; José Fleury acerca do falecimento do

Dr. Pedro Moura; Armando Falcão abordando a questão do jornal "Última Hora"; Vasco Filho, objetivando a atual administração do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Coutinho Cavalcanti sobre o incêndio ocorrido em São Paulo; Paulo Sarazate acerca da morte do jornalista Alfeu Faria Aboim; Medeiros Neto congratulando-se com o Sr. Presidente da República pela escolha do Ministro da Viação e Obras Públicas; Ostojia Roguski para requerer informações para o M.V.O.P. sobre fornecimento de vagões para exportação de madeira; Dilermando Cruz acerca de informações prestadas pelo M.T.I.C., a respeito de empréstimo feito pelo I.A.P.I. à Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Dolor de Andrade para ler um parecer do Dr. Prado Kelly constituinte em 1946; Benjamin Farah para congratular-se com o "Correio da Manhã" pelo transcurso de seu aniversário; Leão Sampaio para justificar sua ausência quando da votação n.º 3 do projeto 1.082; Arruda Câmara sobre o problema de distribuição de verbas orçamentárias; Dilermando Cruz para reclamar contra os prazos regimentais esgotados tendo em vista o projeto que visa extinguir a situação de privilégio do Cartório da Capital Federal; José Fleury para encaminhar votação de requerimento que manda consignar voto de pesar pela morte do sr. Hermógenes Ferreira Coelho; Fernando Ferrari quando da segunda discussão do projeto que institui o Fundo Partidário e regula sua distribuição; Raul Pila para encaminhar a votação da Emenda Constitucional que institui regime Parlamentarista; Breno da Silveira sobre o movimento grevista a ser deflagrado pelos marítimos; Celso Peçanha acerca da reforma ministerial; Fernando Ferrari para protestar contra a demora da Diretoria do Ensino Secundário do M.E.S., em face da legalização dos requerimentos de dois estudantes e durante a primeira discussão ao projeto que altera a Organização dos Serviços Administrativos da Câmara dos Deputados; Lopo Coelho sobre o projeto de resolução que reestrutura os serviços administrativos da Câmara.

Falaram, na sessão de 16 de junho, os seguintes senhores deputados: Medeiros Neto, Lima Figueiredo, Oswaldo Orico, Muniz Falcão, Mendonça Braga, Dolor Andrade, Dilermando Cruz, Arruda Câmara e Vasconcelos Costa para encaminharem a votação do requerimento para que fosse inserido na Ata dos Trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-constituente de 1946 — General Francisco Afonso de Carvalho.

Falaram, na sessão de 17 de junho, os seguintes senhores deputados: Benjamin Farah, para protestar contra o Diretor do Lóide que está negando pagar a consignação dos salários dos trabalhadores marítimos; Flávio Castrioto sobre a questão do abono tendo em vista os aposentados e pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões; Vasconcelos Costa acerca do alargamento de bitola ferroviária da Central do Brasil no trecho Belo Horizonte a Corinto; Plínio Cavalcanti para ler telegramas de cafeicultores e associações de classes aplaudindo-o; Manoel Ribas congratulando-se com o Poder Executivo pela nomeação do Ministro do Trabalho; Jorge Lacerda para protestar contra o veto do Sr. Presidente da República ao projeto que pretende fazer localização de usina siderúrgica em Laguna, cidade catarinense; Frota Aguiar acerca dos marítimos em greve; Celso Peçanha sobre os servidores do Lóide e da Costeira; Muniz Falcão para ler telegramas aplaudindo-o em face do projeto que suspende lançamento de Impôsto de Renda no período de 1946 a 1952; Godoi Ilha para comunicar a morte do professor Oscar Pereira Filho, Ruy Almeida rebater acusações que lhe foram feitas pelo Senhor Pena Boto; Tristão da Cunha para ler telegrama de protesto dos lavradores de S. Paulo; Samuel Duarte, Artur Santos e Dilermando Cruz, para encaminharem a votação do requerimento que solicita à Câmara dos Deputados dirigir-se ao Presidente dos E. U. da América do Norte apelando para que use poderes de clemência para com o casal Rosemberg; Bilac Pinto para comentar discurso do Sr. Getúlio Vargas; Pereira da Silva acerca da campanha de combate sistemático dos órgãos de administração e Plínio Cavalcanti sobre problemas de economia agrária.

Falaram, na sessão de 18 de junho, os seguintes senhores deputados: Manuel Ribas para fazer apelo em nome dos agricultores, criadores, comerciantes e industriais do município de Manguinhos, no Estado do Paraná; Hera-

clito Rego para comentar política interna do seu Estado; Vieira Lins acerca de projeto que cria 200 postos de Arrecadação Federal, no Estado do Paraná; Vasconcelos Costa sobre o projeto que estabelece o regime de livre concorrência entre Companhias, Cooperativas de Seguros e Autarquias; Waldemar Rupp sobre problemas de fronteiras; Benjamin Farah para encaminhar o projeto que dispõe sobre passe livre aos jornalistas profissionais; Ostoja Roguski sobre os cafeicultores da região de Maringá no Estado do Paraná; Medeiros Neto sobre a escola de Aprendizes Marinheiros em Alagoas; Frota Aguiar acerca da autonomia do Distrito Federal lê telegramas; Celso Peçanha sobre problemas agrários no Estado do Rio; Euzébio Rocha sobre o pessoal da Estrada de Ferro Noroeste; José Romero para ler discursos proferidos na sessão magna realizada pela Academia Nacional de Medicina em homenagem ao Congresso Nacional; Chagas Rodrigues sobre o projeto de orçamento; Heitor Beltrão acerca do jornal "A Manhã"; Wilson Cunha para comunicar a morte do Dr. Areobaldo Lellis Horta; Euzébio Rocha acerca do casal Rosemberg; Campos Vergal sobre o projeto que institui fundo partidário; Nestor Jost, Fernando Ferrari sobre o projeto que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954; Armando Fontes sobre problemas de impressão de livros; Dilermando Cruz sobre o problema dos Estados mediterrâneos brasileiros; Nelson Omegna, Euzébio Rocha, Ulisses Guimarães, Arruda Câmara, Aluizio de Castro e Aldo Sampaio paar encaminharem votação da emenda n.º 1 do projeto que concede auxílio ao município de Santo André para as comemorações do 4.º Centenário de sua Fundação; ainda nessa oportunidade discursou o Sr. Carvalho Sobrinho; Gustavo Capanema, Brochado da Rocha, Flores da Cunha, Saturnino Braga e Dilermando Cruz para encaminharem a votação, em primeira discussão, do projeto que dá o nome de Washington Luiz à Rodovia Rio-Petrópolis.

Falaram, na sessão de 19 de junho, os seguintes senhores deputados: Vieira Lins sobre a execução do casal Rosemberg; Frota Aguiar do falecimento do professor Pedro do Couto; Celso Peçanha sobre o abono dos que trabalham no Serviço Nacional de Malária; Vasconcelos Costa das observações pluviométricas no polígono das Sêcas; Oscar Carneiro para discorrer sobre assuntos políticos de Pernambuco; Felix Valois acerca da política interna com vista ao Território do Acre; Medeiros Neto apelando ao Sr. Ministro da Aeronáutica para construir um aeroporto na cidade de Palmeiras, Estado de Alagoas; Muniz Falcão acerca da Fôrça Aérea Brasileira; Vieira Lins em face da remodelação ministerial; Afonso Arinos criticando o Governo Federal por desapreço e desobediência à Carta Magna; Fernando Ferrari sobre o problema do abono que não foi extendido ao pessoal de Obras; Nelson Carneiro acerca do projeto que institui fundo partidário; Ponciano dos Santos para reclamar contra jogatina que segue, pelo Brasil; Lacerda Werneck acerca do problema do café em Londrina no Estado do Paraná; Alberto Botino acerca da melhoria de vencimentos dos aposentados do D.C.T.; Frota Aguiar objetivando a Câmara dos Deputados e a Companhia Telefônica; Benjamin Farah lamentando a morte do professor Pedro do Couto; Carlos Luz para esclarecer uma reclamação do Sr. Vieira Lins; Campos Vergal acerca de artigo publicado no jornal de S. Paulo "A Gazeta"; Alberto Botino como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar as atividades da extinta Comissão Central de Preços, durante a 1.ª discussão do projeto de resolução que autoriza remeter ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República os autos do inquérito realizado pela referida Comissão; Maurício Joppert, Salo Brant, Ponce Arruda, Saturnino Braga, Benjamin Farah, Manuel Novais, Heitor Beltrão e Adahil Barreto durante a votação, em 1.ª discussão, do projeto n.º 1.802-B que altera carreiras dos Quadros Permanentes e Especial do M.E.S.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 15 de junho, os seguintes senhores senadores: Ivo d'Aquino, para ler e dar apoio ao cabograma que solicita pronunciamento em favor da condenação do casal Rosemberg; Hamilton Nogueira sobre o acordo Comercial Brasil-Argentina; João Villas-Boas acerca do

projeto de Reforma do Código Eleitoral; Kerginaldo Cavalcanti sobre o problema da guerra na Coréia;

Falaram, na sessão de 16 de junho, os seguintes senhores senadores: Apolônio Sales acerca do falecimento do Sr. Adosinho Magalhães de Oliveira; Atílio Vivacqua sobre problemas de garimpagem e para render preito de saudações aos senhores doutores Aurindo Quintais e Ariobaldo Lellis Horta; Mozart Lago para congratular-se com o "Diário de Notícias" por seu aniversário; Alencastro Guimarães para negar que iria sair do P.T.B.; Marcondes Filho acerca do Centenário do nascimento do antigo senador Federal Sr. Antônio de Lacerda Franco; Vitorino Freire acerca de ataques sofridos pelo Sr. João Neves da Fontoura na imprensa argentina; Francisco Gallotti para ler telegrama dos aposentados do D.C.T. de São Paulo em face da demora do reajustamento do acordo com a Lei n.º 1.780, de 23-12-52; Domingos Velasco para que seja inserido na Ata voto de pesar pelo falecimento do senhor General Afonso de Carvalho, constituinte de 1946; Joaquim Pires sobre o problema do côco babaçu; Atílio Vivacqua quando da discussão única do projeto que institui nas Comarcas do Interior, recurso ex-officio das decisões proferidas contra os empregados; Kerginaldo Cavalcanti comentando parecer do Sr. Senador Atílio Vivacqua ao projeto anteriormente citado, ainda, sobre este projeto ocupou a tribuna o Sr. Domingos Velasco e Atílio Vivacqua acerca da greve dos marítimos.

Falaram, na sessão de 17 de junho, os seguintes senhores senadores: Alencastro Guimarães acerca de problemas econômicos, Dario Cardoso para manifestar-se sobre o falecimento do sr. Hermógenes Pereira Coelho e Mozart Lago sobre a demora dos pareceres quando nas comissões técnicas.

Falaram, na sessão de 18 de junho, os seguintes senhores Senadores: Ezequias Rocha e Vivaldo Lima sobre questões políticas em face das remodelações ministeriais.

Falou, na sessão de 19 de junho, o senhor senador Bernardes Filho acerca da indicação do Sr. Olegário Mariano para embaixador do Brasil em Portugal.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas na sessão de 13 de junho as seguintes informações: da Presidência da República, sobre transações com bens pertencentes ao Patrimônio Nacional; e do Ministério da Aeronáutica, sobre pagamento de repouso semanal remunerado ao pessoal de obras (D.C. 14-6, pág. 5.454).

Deferidos os seguintes requerimentos na sessão de 15 de junho: do deputado Breno da Silveira, sobre a construção do Conjunto Residencial Jardim Duas Praias, na ilha do Governador, do IAPB; do deputado Aldo Sampaio, sobre as instruções no sentido de que não mais se liquide os pedidos de câmbio para os quais não tem havido depósito em cruzeiros até a data de 30 de abril do ano em curso e do deputado Adahil Barreto, sobre os Tesoureiros e Ajudantes de Tesoureiro do D.C.T., aposentados antes da vigência da Lei n.º 403, de 1948 (D.C. 16-6, pág. 5.519).

Recebidas as informações do Ministério da Educação e Saúde, sobre o projeto de lei que modifica os cursos nas Faculdades de Direito (D.C. 17-6, pág. 5.557).

Lidos na sessão de 17 de junho as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre a cobrança do imposto de renda em todo o território nacional; do mesmo, sobre o pagamento de 5% para compensar as quebras de caixas; do Ministério da Educação, sobre prédios tombados no Patrimônio Histórico pertencentes ao município de Piratini, RG; do Ministério da Viação, sobre projeto de lei que cria seguro contra acidentes para viajantes em estradas de ferro; do mesmo, sobre o montante provável de arrecadação resultante da aprovação de projeto; do mesmo, sobre projeto de lei que concede auxílio ao município de São Bento do Una, PE; do mesmo, sobre pagamento pelo D.E.R. do Pará da cota do fundo rodoviário nacional distribuída aos municípios do Pará; do Ministério da Justiça, sobre trânsito de veículos licenciados pelos Estados da União, do mesmo, sobre projeto de lei que

dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado à Fundação Brasil Central (D.C. 18-6, pág. 5.589-91).

Recebidas as seguintes informações na sessão de 18 de junho: do Ministério da Educação, sobre inquérito contra a atual direção do Instituto Osvaldo Cruz; do Ministério da Viação, sobre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; do mesmo, sobre pagamento de repouso semanal remunerado na E. F. Santos a Judiaí; do mesmo, sobre recolhimento de importâncias devidas à Caixa Econômica Federal; do mesmo, sobre utilização de crédito suplementar concedido; do Ministério do Trabalho, sobre dispensa de funcionário do IPASE que ocupava função gratificada; do Ministério da Justiça, sobre a Zeladora de Automóveis Ltda. e guardadores independentes; e do Ministério da Fazenda, sobre pagamento de adicionais por tempo de serviço a funcionário aposentado (D. C. 19-6, pág. 5.660-62).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Nelson Carneiro, sobre as obras de pavimentação da pista do aeroporto de Ilhéus, Bahia; do deputado Ostoja Roguski, sobre o fornecimento de vagões preferenciais para a exportação de madeira serrada e beneficiada no Norte do Paraná; do deputado Nestor Jost, sobre a política de câmbio do Governo; do deputado Fernando Ferrari, sobre os servidores admitidos a qualquer título, para servir nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no Instituto Nacional do Pinho; do deputado Herbert Levy, sobre as razões que motivaram a recusa de recentes propostas da República de Espanha para a compra de algodão brasileiro; do deputado Armando Falcão, sobre as importâncias pagas a "Erica S.A." e empresas subsidiárias, por várias organizações estatais, a título de publicidade; do deputado Aliomar Baleeiro, sobre o modo como se processou a importação de dois carros de passeio para uso do Ministro Horácio Lafer (D.C. 19-6, pág. 5.673).

Recebidas as seguintes informações: da Presidência da República, sobre execução do artigo 257 e seu parágrafo 1º, da Lei nº 1.711, de 28-10-52; do Ministério da Viação, sobre montante das verbas aplicadas pelo Diretor Regional dos Correios e Telégrafos de Santa Maria, RS; do mesmo, sobre desapropriação de terrenos atravessados pelo oleoduto construído pela E. F. Santos a Judiaí; do mesmo, sobre nomeação para cargos na mesma Estrada; do mesmo, sobre o rompimento do cais da cidade de Belmonte, Bahia; do mesmo, sobre contratos com a Superintendência das Empresas Incorporadas; do Ministério da Educação, sobre designação de inspetores de ensino ginásial; do mesmo, sobre remessa de cópia de processo; do mesmo, sobre o plano de organização hospitalar no Estado do Rio e do mesmo, sobre projeto de lei que cria a Universidade do Pará (D.C. 20-6, pág. 5.736-39).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado José Bonifácio, sobre as providências tomadas para a aquisição de maquinaria agrícola no estrangeiro (D.C. 20-6, pág. 5.756).

No Senado Federal

Recebidas as informações encaminhadas pela Secretaria da Presidência da República, sobre a concorrência para venda das terras denominadas "Divisão Boavista" (D.C. 17-6, pág. 5.568).

Recebidas as informações do Ministério da Justiça, sobre escritórios de prestação de fianças; e do Conselho Nacional de Economia, sobre limitação de lucros de empresas (D.C. 20-6, pág. 5.776).

AFORAMENTO DE TERRAS DA UNIÃO

Na Câmara dos Deputados

O deputado Lício Borralho apresentou projeto de lei que autoriza o Governo a aforar as fazendas denominadas Casalvasco e Caiçara, situadas no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências (D. C. 24-6, pág. 5.841).

Com pareceres das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que modifica a data de início de contagem de prazo para apresentação de documentos e entrada de requerimentos de regularização de terras pertencentes ao Patrimônio Nacional (D. C. 27-6, página 5.988).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável a parte das emendas do Senado, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo pelo processo de devolução (D.C. 23-6, pág. 5.789).

Com parecer contrário às emendas de segunda discussão, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial destinado a atender as despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras. (D.C. 27-6, pág. 5.970).

No Senado Federal

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que proíbe, por dois anos, a exportação de arroz (D.C., 23-6, página 5.810).

AUTONOMIA

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que exclui da classificação constante do art. 1º da Lei número 121, de 22-10-47, os Municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo, Florianópolis e São Francisco, no Estado de Santa Catarina (D. C. 27-6, pág. 6.000).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Os deputados Vasconcelos Costa e Ostoja Roguski apresentaram projetos de lei que, respectivamente: concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo que exploram linhas dentro do país, para fins de reaparelhamento do material de vôo; e autoriza abertura de crédito especial para auxiliar a realização da exposição estadual do trigo, a ter lugar em Pato Branco, Paraná (D. C. 23-6, pág. 5.794 e 5.797).

Publicado o parecer do deputado Ulysses Guimarães ao projeto de lei que concede auxílio financeiro para as obras da Basílica Nacional de Aparecida (Diário do Congresso de 24-6, pág. 5.822). Republicado (Diário do Congresso de 27-6, pág. 5.901).

Do Poder Executivo, chega ao Congresso projeto de lei que concede inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo (D. C. 27-6, pág. 5.971).

Vão a imprimir as seguintes redações finais: concede subvenção anual à "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos"; concede auxílio para atender às despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará; e autoriza abertura de crédito especial para pagamento de subvenções devidas ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto "Sedes Sapientias" de São Paulo (D. C. 27-6, pág. 5.972).

Apresentado pelo deputado Epílogo de Campos, foi a imprimir o projeto de lei que concede auxílio financeiro para os festejos comemorativos às bodas de prata da Prelazia de Marajó, Pará (C. D. 27-6, pág. 5.973).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede auxílio financeiro ao Município de Santo André, para a comemoração do quarto centenário de sua fundação (D. C. 27-6, pág. 5.990).

No Senado Federal

E' aprovado, em discussão única, o projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização da III Conferência Nortista de Tisiologia (D. C. 23-6, pág. 5.898).

Aprovado o requerimento de urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.E.S. o

crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização da III Conferência Nortista de Tisiologia em Manaus (D. C. 23-6, pág. 5.312).

Aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico, em Fortaleza, Ceará (D. C. 24-6, página 5.865).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1953. (D. C. 26-6, pág. 5.936).

Aprovado, em discussão técnica, o projeto de Decreto Legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas, que autorizou o registro, sob reserva, da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 1.383.520,00, decorrentes de auxílios a várias companhias teatrais. (D. C. 26-6, pág. 5.943).

CÓDIGO DO PROCESSO PENAL

No Senado Federal

Vai a imprimir com o parecer da comissão técnica, a Redação Final do projeto de lei do Senado que dá nova redação ao art. 221, do Código do Processo Penal (D. C. 24-6, 5.863).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Vai a imprimir o projeto da Comissão de Tomada de Contas que mantém a decisão do T. C. que negou registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola do M. A. e José Bernardo Júnior, para obras no pôsto agropecuário de Cáceres, Mato Grosso (*Diário do Congresso*, 23-6, pág. 5.791).

Foram a imprimir os seguintes projetos da Comissão de Tomada de Contas: aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma "Dawag, Sociedade Anônima de Comércio Internacional", para aquisição de duas máquinas de imprimir selos; idem com João Ferreira Marques, para construção da Estação Rádio-Receptora de Pau Ferro e de residências para funcionários no mesmo local; idem entre o D.N.P.R.C. e a firma Comércio e Indústria Nova Ltda., para fornecimento e montagem de equipamento de hidráulica experimental (D. C. 24-6, pág. 5.832).

No Senado Federal

Vai a imprimir, com parecer da comissão técnica, a redação final de Emenda do Senado ao projeto de decreto legislativo que mantém a decisão por que o Tribunal de Contas denegou registro ao termo de ajuste celebrado entre o Ministério da Agricultura e Manuel Nunes de Magalhães e sua mulher. (D. C. 24-6, página 5.863).

Aprovados, em discussão técnica, os seguintes projetos de Decretos Legislativos:

a) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Administração do Edifício da Fazenda e a Limpadora Brasileira;

b) que aprova a decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Rocha & Cia. e

c) que aprova o termo de escritura pública de compra e venda feita entre o D.N.P.M., do Ministério da Agricultura, e Theodoro Kestrin e sua mulher. (D. C. 26-6, pág. 5.943).

DESAPROPRIAÇÕES

No Senado Federal

Aprovada a redação final do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$

29.500.000,00 para ocorrer às despesas com a execução do disposto no Decreto n.º 18.042. (D. C. 24-6, página 5.866).

DIPLOMACIA

No Senado Federal

Prosseguiu a discussão do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem do Sr. Presidente da República que indica o Sr. Olegário Mariano para Embaixador do Brasil em Portugal (D. C. 23-6, página 5.312).

Lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre consulta feita por intermédio do OF. 60 — Secreto (D. C. 24-6, pág. 5.863).

EXTINÇÃO DE CONTRATOS DE DEPÓSITOS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Aloísio de Castro ao projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre o prazo de extinção dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie. (D. C. 26-6, pág. 5.906).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o projeto de lei do Poder Executivo que autoriza a abertura de crédito suplementar em reforço a verbas do M.T.I.C. (*Diário do Congresso* 23-6, pág. 5.792).

Foi a imprimir o parecer que opina pelo arquivamento do ofício do T.R.T. da 1.ª Região, que solicita abertura de crédito suplementar em reforço à verba de material (D. C. 23-6, pág. 5.793).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas de pessoal e material da E. F. Leopoldina, durante o exercício de 1953. (D. C. 27-6, pág. 5.969).

Publicada a redação final dos seguintes projetos de lei: autoriza a abertura de crédito especial para atender a despesas da Justiça Eleitoral relativas aos exercícios de 1950 a 1952; idem para pagamento de despesas do Ministério da Justiça com iluminação, força motriz e gás; e idem para pagamento a concessionários de portos (D. C. 27-6, pág. 5.972).

Foram a imprimir os seguintes projetos de lei: com parecer contrário, o que autoriza abertura de crédito suplementar ao Ministério da Agricultura, para pagamento de salário-família; com parecer favorável, o que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas efetuadas pela Delegação Representativa do Brasil à VII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio; idem, o que autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas com o comparecimento do Brasil na 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho; idem, o que autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de parte da contribuição do Governo Federal para o capital da Caixa de Crédito da Pesca (D. C. 27-6, págs. 3.990-92).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 35.208.308,90 para completar o pagamento de cota devida aos municípios e relativa ao Imposto de Renda (D. C. 25-6, pág. 5.896).

INDENIZAÇÕES

No Senado Federal

Chega ao Senado projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P. — D.E.F. — o crédito especial até a importância de

Cr\$ 4.836.450,00 para indenizar o Estado de Goiás pelos imóveis atingidos no traçado da Estrada de Ferro Goiás (D. C. 27-6, pág. 6.001).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Mirocles Campos apresentou projeto de lei que concede isenção de direitos para a importação de cinqüenta "jeeps" consignados ao Governo do Piauí. (D. C. 23-6, pág. 5.797).

Apresentado pelo deputado Lauro Cruz, foi a imprimir o projeto de lei que isenta de certas taxas os livros impressos remetidos por reembolso postal (D. C. 24-6, pág. 5.841).

Publicada a redação final dos seguintes projetos de lei: concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil; e idem para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinadas à Basílica da Penha, Recife (*Diário do Congresso* 27-6, pág. 5.972).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para cidade miniatura denominada "Railwaylândia" importada pelo Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer. (D. C. 25-6, pág. 5.896).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para dois transmissores de rádio-difusão, com seus pertences e acessórios, adquiridos pela Rádio Globo S. A.;

b) que concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para materiais destinados à Organização das Voluntárias, à Comunidade Evangélica Luterana e à Congregação da Missão de São Vicente de Paula (D. C. 26-6, pág. 5.938).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que transforma em 2º o parágrafo único do art. 634 da Consolidação das Leis do Trabalho (D. C. 26-6, página 5.938).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Deferida a anexação dos projetos de lei que dispõe sobre o regime de licença prévia para o intercâmbio de importação e exportação do Brasil com o exterior. (*Diário do Congresso* 23-6, pág. 5.789).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que prorroga, pelo prazo de seis meses, a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949 que subordinava ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior (D. C. 24-6, pág. 5.836). Publicado e em seguida entra em primeira discussão na sessão noturna de 26-6. (*Diário do Congresso* 27-6, pág. 5.992 e 5.995).

LIBERAÇÃO DE CAMBIAIS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Jules Machado apresentou projeto de lei que libera, progressivamente, da taxa oficial de câmbio, as cambiais resultantes de exportação do café brasileiro (D. C. 24-6, pág. 5.837).

MORATÓRIA AOS PECUARISTAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto de lei que estende os favores previstos no art. 17, da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, a todos os pecuaristas que requereram os benefícios da moratória, e dá outras providências. (D. C. 24-6, pág. 5.828).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Prossseguiu na sessão de 23 de junho a discussão do projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D. C. 24-6, pág. 5.848). Prossseguiu a discussão na sessão de 24 de junho. (D. C. 25-6, pág. 5.887). Idem na sessão de 25 de junho (D. C. 26-6, pág. 5.919).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Celso Peçanha apresentou projeto de lei que cria uma agência de arrecadação federal em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro (D. C. 25-6, pág. 5.879).

Com pareceres das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instalar coletoria federal no Município de Pôrto das Pedras, Alagoas (D. C. 27-6, pág. 5.988).

No Senado Federal

Encerrada a discussão e voltam às Comissões Técnicas a Emenda e o projeto de lei da Câmara que autoriza a instituição da Fundação Brasil Central (*Diário do Congresso* 25-6, pág. 5.898).

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

No Senado Federal

Vai a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que modifica a competência das Câmaras e grupos de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (D. C. 23-6, pág. 5.810).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto de lei que garante aos funcionários policiais, em todo o território nacional, estatutos próprios e outras vantagens (D. C. 23-6, pág. 5.790).

Os deputados Epílogo de Campos e Dolor de Andrade apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos de lei: concede aos servidores públicos anistia de dívidas decorrentes de sentenças judiciais ou decisões administrativas; e aplica aos servidores autárquicos das E. F. da União, o disposto no artigo 11 e seus parágrafos da Lei n.º 1.765, de 1952, que concedeu abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo. (D. C. 23-6, pág. 5.795).

Apresentado pelo deputado Dolor de Andrade, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores autárquicos das E. F. da União, na base prevista pelo art. 146, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (E.F.P.C.U.). (D. C. 24-6, pág. 5.837).

Apresentado pela Mesa, foi a imprimir o projeto de resolução que estende aos aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados o disposto na Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios. (D. C. 26-6, pág. 5.912).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil (*Diário do Congresso* 27-6, pág. 5.972).

No Senado Federal

Chegam ao Senado Federal os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 11.600,00, para pagamento de diferença de vencimentos a Alvaro Ozório de Almeida, falecido, professor catedrático da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil;

b) que estabelece gratificações para os membros do Conselho de Terras da União e para representante da Fazenda Nacional, cria a função gratificada de Secretário do mesmo Conselho (*D. C.* 24-6, pág. 5.863).

Aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$.... 60.177,20, para pagamento de gratificação adicional aos dentistas Homero Bittencourt Lomardo e Abílio Machado Filho. (*D. C.* 24-6, pág. 5.865).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que altera com redução de despesa, o Quadro do Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco (*D. C.* 25-6, página 5.896).

São aprovados, em discussão única, os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., crédito especial de Cr\$ 72.420,00 para pagamento de diferença de vencimentos ao professor Ciro Romano Faria;

b) que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 422.920,20, para pagamento de gratificação de magistério, e

c) que abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 9.960,00 para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*D. C.* 25-6, pág. 5.898-99).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 44.469,00, para pagamento do abono de Natal aos primeiros-tenentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (*D. C.* 27-6, pág. 6.001).

Foi a imprimir com parecer da Comissão do Serviço Público Civil o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a estabilidade do pessoal extranumerário. (*D. C.* 27-6, pág. 6.001).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais. Foi publicado o parecer verbal, da Comissão de Finanças, dado pelo Sr. Durval Cruz. (*D. C.* 27-6, págs. 6.002 e 6.003).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Com parecer pela constitucionalidade, foi a imprimir o projeto de lei que assegura ao sobrevivente do naufrágio do Cruzador "Bahia" direito à promoção ao posto imediato e dá outras providências (*D. C.* 27-6, pág. 5.967).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a urgência para discussão do projeto de resolução que institui uma comissão especial para relatar as emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a constituição da "Petróleo Brasileiro S. A.". (*Diário do Congresso* 23-6, pág. 5.302). Aprovado em primeira discussão o projeto de resolução (*D. C.* 27-6, página 5.995).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Dilermando Cruz apresentou projeto de lei que cria o fundo de Alimentação Escolar e dá outras providências (*D. C.* 23-6, pág. 5.796).

Foi a imprimir o projeto de lei do Poder Executivo que concede pensão especial à viúva do agrônomo Amaury Poggi de Figueiredo, falecido em consequência de esforços despendidos no exercício de suas funções. (*D. C.* 26-6, pág. 5.912).

O deputado Bilac Pinto apresentou projeto de lei que concede pensão especial à viúva do Dr. Léo de Oliveira Santos, ex-professor catedrático da Universidade de Minas Gerais. (*D. C.* 26-6, pág. 5.912).

De iniciativa do Poder Executivo, é lido no expediente da sessão de 26 de junho o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial de cem milhões de cruzeiros para atender a despesas do IPASE com assistência social e médico-hospitalar, no exercício de 1952. (*D. C.* 27-6, pág. 5.971).

Apresentado pelo deputado Ulysses Guimarães, foi a imprimir o projeto de lei que concede pensão especial a Domingos Pereira Dias, acidentado em trabalho quando da construção da E. F. São Paulo-Rio Grande do Sul. (*D. C.* 27-6, pág. 5.973).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais à viúva de Aureliano Silveira, ex-agente do impôsto de consumo (*D. C.* 24-6, pág. 5.863).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede a pensão especial de Cr\$ 2.423,50 mensais à viúva do Dr. Acílio de Leão Rodrigues (*D. C.* 25-6, pág. 5.896).

Aprovado em discussão única, o projeto de Decreto Legislativo que mantém registro de concessão de melhoria de pensão de montepio. (*D. C.* 26-6, pág. 5.943).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

E' aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 destinado ao combate do câncer em todo o País. Durante a discussão falaram os senhores Senadores Mozart Lago e Prisco dos Santos (*D. C.* 26-6, pág. 5.941-43).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório do deputado Alvaro Castelo ao projeto de lei que estabelece requisitos para a instalação de rádio a bordo de aeronaves nacionais e à operação dessas instalações (*D. C.* 25-6, pág. 5.875).

Com pareceres das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção do novo edifício da Rêde Ferroviária do Nordeste, em Maceió. (*D. C.* 27-6, pág. 5.968).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: dispõe sobre a denominação de aeroportos e aérodromos nacionais; autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza. (*D. C.* 27-6, pág. 5.972).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção das rãdes de água e esgotos das estâncias hidro-minerais de Poços de Caldas e Araxá, M. G. (*Diário do Congresso* 27-6, pág. 5.973).

No Senado Federal

E' despachado à Comissão de Segurança Nacional o parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre o projeto de lei da Câmara que autoriza a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Aga, na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso. (D. C. 23-6, página 5.810).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Os deputados Epílogo de Campos e Ulysses Guimarães apresentaram, respectivamente, os seguintes projetos de lei: autoriza emissão de selos postais comemorativos da realização do VI Congresso Eucarístico Nacional, a realizar-se em agosto próximo, na capital do Pará; e institui o "Dia do Comerciante" que será celebrado anualmente a 16 de julho (D. C. 23-6, pág. 5.796).

Entra em segunda discussão o projeto que institui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências. (D. C. 23-6, pág. 5.799). Prosseguiu a discussão na sessão de 25 de junho (D. C. 26-6, pág. 5.917). Idem na sessão de 26 de junho (D. C. 27-6, pág. 5.978).

Foi a imprimir o projeto de resolução que autoriza funcionário da Câmara dos Deputados a aceitar bôlsa de estudos concedida pelo Departamento de Estado do Governo Americano, arbitrando-lhe um auxílio financeiro sem prejuízo dos vencimentos de seu cargo (D. C. 26-6, pág. 5.912).

No Senado Federal

Lido e apoiado o projeto de Resolução que modifica os §§ 2.º e 3.º do artigo 61 do Regimento Interno (apuração de cédulas em branco) (D. C. 24-6, pág. 5.863).

Lido e apoiado o projeto de Resolução em que se substitui o § 2.º do art. 161 do Regimento Interno do Senado (apuração de cédulas em branco) (D. C. 24-6, pág. 5.864).

Em primeira discussão, é mandado arquivar o projeto de lei do Senado que institui, com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso das Mães do Mundo (*Diário do Congresso* 24-6, pág. 5.865).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 22 de junho, os seguintes senhores deputados: Benjamin Farah para louvar o jornalista Sr. Mário Rodrigues Filho; Vieira Lins acerca de política agrária; Celso Peçanha contra a discriminação racial; Artur André sobre a concessão de abono aos portuários de Santos; Dolor de Andrade para ler informações do Banco do Brasil a respeito de concessões criadas pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial; Roberto Morena protestando contra brutalidades praticadas no Estado do Rio Grande do Norte; Muniz Falcão para ler crônica ao Professor L. Lavarrére; Epílogo de Campos acerca do próximo Congresso Eucarístico Nacional; Nelson Carneiro e Raul Pila quando da 2.ª discussão do projeto que institui o Fundo Partidário; Aziz Maron para ler documento do Sr. Ricardo Jafet; Frota Aguiar criticando o Sr. Prefeito do Distrito Federal e Tristão da Cunha sobre a situação do país.

Falaram, na sessão de 23 de junho, os seguintes senhores deputados: Filadelpho Garcia apelando em nome dos servidores da Estrada Nordeste do Brasil; Benjamin Farah para comentar memorial dos moradores do Morro da Rádio Nacional; Brígido Tinoco apeiando ao Senhor Presidente da República no sentido de que seja tornado sem efeito o decreto que determina a fusão de Caixas de Aposentadoria e Pensões; Sá Cavalcanti para comentar artigo publicado na imprensa carioca sobre irregularidade quanto ao algodão e a cera de carnaúba; Celso Peçanha para defender a causa dos servidores da Leopoldina; Vieira Lins apelando para que seja criado Tiro

de Guerra na cidade de Maringá; Vasconcelos Costa para que tenha andamento rápido o projeto que dispõe sobre o fundo federal de eletrificação; Manuel Ribas pedindo urgência ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas para o processo de pagamento do abono de emergência aos servidores inativos da Ribeira de Viação Paraná-Santa Catarina; Dolor de Andrade oferecendo a Casa proposição para que se reconheça o direito à adicional aos ferroviários; Fernando Ferrari para assinalar a promulgação de lei que estende a legislação trabalhista ao pessoal de Obras e Extranumerários da União e Autarquias; Humberto Moura apelando ao Sr. Diretor do D.C.T. no sentido de fazer cessar as perseguições políticas do Diretor Regional do Ceará; Germano Docknor para congratular-se com o Sr. Presidente da República pela ida de três funcionários do Ministério da Agricultura à Argentina e ao Uruguai; Breno da Silveira para encaminhar requerimento de informação a respeito da atual administração do I.A.P.B. e para ler reportagem sobre o conjunto residencial de "Jardim Duas Praias"; Muniz Falcão sobre problema de ordem econômica e social; Flores da Cunha para comentar o projeto que pretende à rodovia Rio-Petrópolis a denominação de "Washington Luiz"; Jaime Teixeira para comunicar a grata satisfação da bancada baiana pela nomeação do Ministro da Educação e Saúde; Aziz Maron para fazer comentários acerca da CEXIM; Moura Rezende para ler despacho telegráfico de fatos graves ocorridos em Ponte Nova no Estado do Amazonas e Breno da Silveira comentando reportagem publicada em "O Dia" sobre irregularidades do I.A.P.B.

Falaram, na sessão de 24 de junho, os seguintes deputados: Gama Filho, para fazer comentários sobre artigo publicado no "Diário Carioca"; Plínio Cavalcanti acerca da audiência dada pelo Sr. Ministro Osvaldo Aranha; Carvalho Sobrinho apelando ao Sr. Ministro da Educação e Saúde para que revogue a providência de diminuir despesa com a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos; Ostoja Roguski sobre a lavoura-cafeeira no Estado do Paraná; Magalhães Melo acerca da indicação do Sr. Olegário Mariano para Embaixador do Brasil em Portugal; Saulo Ramos sobre situação regional do sul do Estado de Santa Catarina; Rondon Pacheco pedindo para que se instale uma Agência do Banco do Brasil em Tupaciguara; Manuel Ribas congratulando com a bancada do P.T.B. pela indicação do líder e do vice-líder na Câmara; Celso Peçanha encaminhando à Mesa o pedido de informações ao Poder Executivo através do Ministério do Trabalho; Luiz Garcia para ler telegrama do Sr. Prefeito de Itabaiana; Benjamin Farah apelando para liberar o projeto que estende os benefícios da Lei nº 1.156 aos herdeiros daqueles que tomaram parte na guerra de 1914; Heitor Beltrão acerca da indicação do Sr. Olegário Mariano; Muniz Falcão sobre a taxa de dois cruzeiros por saca de açúcar; Vieira Lins para comunicar que foi eleito líder da bancada do Partido Trabalhista; Herbert Levy acerca da situação por que atravessa o País; Wolfram Metzler para que continue em tramitação o projeto de sua autoria que trata de adubos e fertilizantes; Dilermundo Cruz acerca de dois projetos para combate à equistossomose no País e Campos Vergal para protestar contra o ato do Senhor Secretário de Saúde Pública de São Paulo.

Falaram, na sessão de 25 de junho, os seguintes senhores deputados: Epílogo de Campos comunicando o falecimento do Cel. José Júlio de Andrade; Plínio Cavalcanti acerca da administração do Sr. Governador Lucas Garcez; Ostoja Roguski sobre problemas de terras no Estado do Paraná; Vasconcelos Costa para comunicar que recebeu telegrama de agrônomos e veterinários reivindicando os benefícios do projeto 1.082; José Romano para comunicar o sexto aniversário do órgão de nossa imprensa "O Himalaia"; Mendonça Braga, sobre o Polígono das Sêcas; Muniz Falcão para protestar contra o Governador Arnon de Melo; Ari Pitombo para defender o Presidente do I.A.P.B.; Fernando Ferrari acerca do uso abusivo dos carros oficiais; Artur Santos sobre o projeto que regula a aposentadoria e as pensões dos bancários; Tenório Cavalcanti acerca do projeto que institui Fundo Partidário; Leite Neto a respeito da política fi-

nanceira e econômica e administrativa; Leopoldo Maciel sobre a importação de escavadeira para o D.N.S.; Tenório Cavalcanti a respeito de artigo publicado no "Singra" suplemento do Correio da Manhã.

Foram publicados dois discursos do senhor deputado Vieira de Melo lidos nos dias 23 e 24 do corrente (*Diário do Congresso* 26-6, pág. 5.925 e 5.928).

Falaram, no dia 26 de junho, os seguintes senhores deputados: Gama Filho para discorrer sobre a administração do Sr. Simões Filho; Ubirajara para ler ofício da Prefeitura Municipal de Guaporé e apelando ao Diretor da CEXIM para que conceda licença para maquinaria de conservação de estradas; Breno da Silveira sobre a greve dos marítimos; Ari Pitombo apelando para o D.N.E.R. para saldar seus compromissos; Epílogo de Campos encaminhando à Mesa projeto de lei abrindo crédito especial para festejar o 25º aniversário da Prelazia de Marajó; Vasconcelos Costa encaminhando às comissões técnicas o projeto de lei que dispõe sobre auxílio às estâncias hidrominerais de Poços de Caldas e Araxá; Dantas Júnior acerca da Hidrelétrica do São Francisco; Celso Peçanha sobre a greve dos marítimos; Vieira Lins congratulando-se com o Sr. João Goulart; Dolor de Andrade sobre problemas petrolíferos; Raimundo Padilha acerca da visita que fez à Fábrica de Pólvora e Explosivos de Piquete; Luis Garcia sobre ocorrências verificadas em Sergipe; Tenório Cavalcanti, Armando Fonseca e Arruda Câmara acerca do projeto que institui o Fundo Partidário; Gustavo Capanema e Lauro Lopes sobre o discurso do Sr. Herbert Levy; Campos Vergol sobre aposentadoria especial aos ferroviários; Plínio Cavalcanti sobre o projeto que modifica o sistema cambial; Ostojas Roguski solicitando informações ao Executivo e Tenório Cavalcanti para comentar artigo publicado na "Tribuna de Imprensa".

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 22 de junho, os seguintes senadores: Onofre Gomes para abordar ligeiras considerações em torno do discurso do Sr. Osvaldo Aranha e Ismar de Góis para fazer considerações acerca da indicação do Sr. Olegário Mariano para Embaixador do Brasil em Portugal.

Foram publicados os discursos dos seguintes senhores Ministros de Estado. Embaixador Osvaldo Aranha, Doutor José Américo de Almeida e Sr. João Goulart (*Diário do Congresso* 23-6, pág. 5.813-14).

Falaram, na sessão de 23 de junho, os seguintes senhores senadores: Mozart Lago para comentar a indicação do Sr. Olegário Mariano para Embaixador do Brasil, em Portugal; Bernardes Filho sobre o projeto de Resolução que altera o Regimento Interno; Hamilton Nogueira para tecer comentários políticos acerca dos discursos dos atuais Ministros de Estado e Djair Brindeiro para comentar editorial publicado no jornal "O Globo".

Falou, na sessão de 24 de junho, o senhor Senador Onofre Gomes para comentar artigo publicado no vespertino "O Globo".

Falaram, na sessão de 25 de junho, os seguintes senhores senadores: Anísio Jobim para ler dois telegramas, um da Associação Comercial do Amazonas e outro da Associação Rural de Manaus, ambos apelando ao Senhor Presidente da República para manter no Ministério da Agricultura o Sr. João Cleofas e Kerginaldo Cavalcanti sobre a vinda do Embaixador especial dos E. U. da América do Norte e Alencastro Guimarães acerca do projeto que prorroga o prazo de vigência da Lei de Licença Prévias.

Falaram, na sessão de 26 de junho, os seguintes senhores senadores: Gomes de Oliveira sobre a questão sindical; Mozart Lago para congratular-se com a Imprensa Brasileira pelo 9º aniversário do Correio Paulistano; Vitorino Freire sobre a remodelação ministerial focalizando o Ministério da Justiça e Domingos Velasco acerca da greve dos marítimos.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Educação, sobre a construção do sanatório para tuberculosos de Manaus; do Ministério da Marinha sobre o pessoal promovido pela Lei n.º 1.267, de 1950; do Conselho Nacional de Economia, sobre projeto de lei que concede isenção de direitos de importação a firma desta capital; e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sobre projeto de lei que institui o "Dia do Ferroviário" (D. C. 23-6, pág. 5.788).

Lidos na hora do expediente da sessão de 23 de junho os seguintes requerimentos: do Ministério da Guerra, sobre projeto de lei que isenta os agricultores da prestação do serviço militar; do mesmo, sobre projeto de lei que modifica quadros do Exército; do mesmo, sobre projeto de lei que concede auxílio à Prefeitura Municipal de Piquete; ainda do mesmo, sobre remuneração das costureiras que prestam serviços nos estabelecimentos militares; do Ministério da Fazenda sobre as despesas com a ida de um cruzador da Marinha Brasileira à Inglaterra; do mesmo, sobre critério adotado na concessão de câmbio aos importadores; do mesmo, sobre despesas em cruzeiros e dólares com a viagem do navio-escola "Almirante Saldanha"; do Ministério das Relações Exteriores, sobre a atitude da Embaixada do Brasil em Buenos Aires com relação a refugiados políticos; e do Ministério da Educação, sobre pagamento de gratificação adicional ao pessoal do S.N.F.A. (D. C. 24-6, páginas 5.826-32).

Foram lidas na sessão de 24 de junho as seguintes informações: do Ministério da Marinha, sobre prestação de contas de despesas realizadas pelo NA "Almirante Saldanha"; do Conselho Nacional de Economia, sobre projeto de lei que concede isenção de direitos a firma importadora; do mesmo, sobre o mesmo assunto; e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sobre o projeto que prorroga o regime de licença prévia (D. C. 25-6, pág. 5.877-78).

Deferidos os seguintes ofícios: da Comissão de Finanças, aos M.M. e M.Ae. sobre projeto de lei que concede aos militares o direito de residirem em próprio nacional durante os cursos a que são obrigados; da mesma, sobre cláusula do doação de área de terreno à Academia Brasileira de Letras; da mesma, sobre projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para obras de restauração do Convento de Itanhaém; da mesma sobre abertura de crédito especial para construção de ramal ferroviário; da mesma, sobre anexação de projeto de lei que versa sobre imposto de selo; da mesma, sobre anexação de projeto de lei que versa sobre isenção de direitos; da mesma, sobre a mesma providência, a respeito de isenção para contribuição ao imposto de renda; da Comissão de Segurança, sobre projeto de lei que restaura diversos tiros de guerra; e da Comissão de Economia, sobre desanexação de projetos de lei sobre licença prévia (D. C. 25-6, pág. 5.878).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Armando Falcão, sobre matéria paga distribuída à "Empresa Erica S. A." pela Central do Brasil; do mesmo, sobre pagamento de abono de emergência e salário familiar ao pessoal da Comissão Demarcadora de Limites; do deputado Breno da Silveira, sobre os termos do contrato assinado entre o SAMDU e a Casa de Saúde Dr. Guimarães; e do deputado André Fernandes, sobre o aumento do frete marítimo do sal (D. C. 25-6, pág. 5.878).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Agricultura, sobre reflorestamento de áreas localizadas no Polígono das Sêcas; do Ministério da Aeronáutica, sobre importação de peças sobressalentes para a aviação comercial (D. C. 26-6, pág. 5.911).

Lidas as seguintes informações do Ministério da Educação, sobre contrato com o Governo do Paraná, para intensificação da assistência psiquiátrica sobre matrículas no Ginásio Rui Barbosa, de Porto Alegre; e sobre doação de terreno à Sociedade Pestalozzi do Brasil (D. C. 27-6, pág. 5.966).

No Senado Federal

Chegam ao Senado as informações do Ministério da Guerra sobre projeto de lei que dispõe a respeito de condições exigidas para a inatividade de sargentos do Exército (D.C. 23-6, pág. 5.810).

DIVERSOS ASSUNTOS**Na Câmara dos Deputados**

Aprovado o projeto de resolução que concede concessão para tratamento de saúde ao deputado José Gaudêncio (D.C. 23-6, pág. 5.799).

VETO**No Congresso Nacional**

Publicado o parecer da Comissão Mista designada para emitir parecer ao veto parcial do Presidente da República a dispositivos do projeto de lei que dispõe sobre a execução do Plano do Carvão Nacional (D.C. 30-6; pág. 6.013).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**Na Câmara dos Deputados**

Chegam à Câmara as emendas do Senado ao projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país (D.C. 2-7; pág. 6.113).

Em discussão única, foram aprovadas as emendas do Senado ao projeto de Lei que dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo pelo processo de devolução (D.C. 2-7; pág. 6.133).

O deputado José Pedroso apresentou projeto de lei que dispõe sobre os postos agropecuários instalados e a instalar pelo Ministério da Agricultura (D.C. 3-7; página 6.169).

Aprovada a audiência da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia para o projeto de Lei que autoriza abertura de crédito especial para construção de campos de invernada no Baixo Amazonas (D.C. 3-7; página 6.175).

Aprovado em segunda discussão o projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito especial para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras (D.C. 4-7, página 6.223).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES**Na Câmara dos Deputados**

Com parecer da Comissão de Finanças sobre emendas, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial, como auxílio para início de construção da sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (D.C. 1-7, pág. 6.048).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que autoriza a concessão de auxílio ao Gabinete de Leitura Rui Barbosa, em Jundiaí, Estado de São Paulo, para ampliação de sua sede (D.C. 1-7, pág. 6.053).

Aprovadas as seguintes redações: concede subvenção à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos; autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas com a realização do Primeiro Congresso de História do Pará e autoriza a abertura de crédito especial para atender ao pagamento de subvenções devidas ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá; e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" de São Paulo (D.C. 1-7, página 6.058).

Concedida urgência para o projeto de lei que concede auxílio para a realização da Exposição Nacional de Milho, Suínos e Gado Leiteiro, a realizar-se em Santa Rosa, RS (D.C. 2-7, pág. 6.111).

Em virtude de emendas, volta à Comissão de Finanças o projeto de lei que concede auxílio para as comemorações do 4º centenário do município de Santo André e para a comemoração do centenário do município de Jaú. A segunda discussão foi encerrada (D.C. 2-7, página 6.021).

O mesmo ocorreu em relação ao projeto que inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvenzionados pela União (pág. 6.126).

Foram aprovados os seguintes projetos de lei: em primeira discussão, o que concede auxílio financeiro para a realização do I Congresso Nacional do Algodão, no município de Rancharia, SP; em segunda discussão, o que abre crédito especial para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; idem ao que concede auxílio financeiro ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, SP; idem o que concede subvenção anual à Policlínica Geral do Rio de Janeiro; em primeira discussão, o que abre crédito especial para auxiliar a instalação da Casa Euclidianas, em São José do Rio Pardo, SP; idem o que abre crédito especial para auxiliar a III Festa Nacional do Trigo (D.C. 2-7, pág. 6.129, 6.131, 6.134-35). O primeiro desses projetos também foi aprovado em segunda discussão (D.C. 3-7, pág. 6.184).

Publicada a redação final do projeto de lei que concede auxílio ao Centro de Pesquisas Pedagógicas, para investigações sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, e dá outras providências (D.C. 3-7, pág. 6.161). Aprovada a redação final (D.C. 4-7, pág. 6.222).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 25.053.534,30, como auxílio da União na recuperação das áreas atingidas pela enchente do Rio Amazonas (D.C. 30-6; pág. 6.029-30).

Foram a imprimir com pareceres os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender a despesas com o II Congresso Latino Americano de Ortopedia e Traumatologia e X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia; b) autoriza o Poder Executivo a abrir ao I.B.G.E., crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00 para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil (Diário do Congresso 3-7; págs. 6.198-99).

BENS DA UNIÃO**No Senado Federal**

Chega ao Senado o projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a permitir área de terreno pertencente à Viação Férrea do R. G. do Sul, por outra igual de propriedade da firma Xavier Irmão S. A. — Estivas e Comércio em Geral (D.C. 1-7; pág. 6.087).

CAPITAL DOS BANCOS**Na Câmara dos Deputados**

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei que prorroga o prazo de que trata o artigo 1º da Lei número 947, de 1949 (D.C. 2-7; pág. 6.128).

CÓDIGO DE CAÇA E PESCA**No Senado Federal**

Chega ao Senado o Projeto de Lei da Câmara que revoga o art. 19 e seus parágrafos do Código de Caça e Pesca (D.C. 3-7; pág. 6.198).

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR**Na Câmara dos Deputados**

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 19, do Decreto-lei n.º 925, de 1938 — Código de Justiça Militar (D.C. 2-7, pág. 6.131).

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o parecer da Comissão de Redação ao projeto de lei do Senado que dá nova redação ao art. 221 do Código do Processo Penal (D.C. 30-6; pág. 6.033).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emendas, volta à Comissão de Toma da de Contas o projeto que aprova decisão do T. C. contrária à celebração de contrato entre o M.A. e Luís Antônio Tavares, para irrigação da propriedade denominada "Paraíso". A segunda discussão foi encerrada (*Diário do Congresso* 2-7, pág. 6.127).

Foram aprovados os seguintes projetos: em segunda discussão, o que aprova o contrato celebrado entre a Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico e a Companhia Predial de Taubaté, para a construção de um prédio nesta cidade; idem, o que mantém a decisão do T. C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.Ae. e a Companhia Moraes Rego S. A. para execução de serviço de acabamento do Pavilhão do Rancho na Base Aérea de Santa Cruz; idem, o que aprova o contrato celebrado entre a Fazenda Nacional e Josué Martins e sua mulher, referente à desapropriação de faixa de terra encravada em propriedade destes; idem, o que mantém a decisão do T. C. que negou registro ao contrato celebrado entre o M.A. e Dorothy Norton Pond, para Professor Associado de Idiomas do Instituto Tecnológico de Aeronáutica; idem, o que aprova o contrato celebrado entre o M. Ae. e John Puttman Weber, para professor Associado de Meteorologia Sinótica do Instituto Tecnológico de Aeronáutica; idem, o que mantém a decisão do T.C. que negou registro ao contrato celebrado entre o M. A. e a firma Geraldo Duarte Passos, para execução de obras na I. R. da Divisão de Fomento da Produção Animal em Goiânia; idem, o que mantém a decisão do T. C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o D. C. T. e a firma Standard Elétric S. A., para fornecimento de mesas de comutação e exames; idem, o que revoga a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.A. e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, para fins de irrigação; idem, o que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e a Construtora e Conservadora Americana Ltda. para execução de reparos no Entreponto de Pesca do Rio de Janeiro; idem, o que mantém a decisão do T. C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a firma Construtora Senobras S. A., para construção de redes de água, gás, luz e esgotos na casa do administrador da Casa Maternal Melo Matos, na Gávea; idem, o que aprova o contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a Cia. Federal de Eletricidade, para o fornecimento de um gabinete radiológico e instalação do mesmo no Sanatório do D.F.; idem, o que aprova o contrato celebrado entre o M.E.S. e o Governo do Estado de São Paulo, para manutenção de leprosários e preventórios; idem, o que aprova a resolução do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.E.S. e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, para funcionamento do Instituto de Leprologia do S.N.L., no Hospital Frei Antônio da referida Irmandade; idem, o que aprova o contrato celebrado entre a Superintendência das E.I.P.N. e a firma Maveroy Sociedade de Indústrias Frigoríficas Limitadas para ampliação das instalações das indústrias do frio na Empreza de Armazéns Frigoríficos; idem, o que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Pirelli S.A., para o fornecimento de fio de cobre com alma de aço; idem, o que aprova o contrato celebrado entre a D.R.C.T. de Pernambuco e João Ferreira Marques, para construção de um prédio destinado à instalação de usina na estação radiotelegráfica de Pau Ferro, na cidade de Recife; idem o que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Standard Elétrica S.A., para fornecimento de aparelhagem telegráfica; idem, o que recusou registro ao contrato celebrado entre o Go-

verno da República dos Estados Unidos do Brasil e Otto Johann Robert Berger, para desempenhar a função de Chefe da Subseção de Impressão do Serviço Geográfico do Exército, idem, o que aprova o contrato celebrado entre o D.F.C. e a firma Byington & Cia. para o fornecimento ao Serviço de Informação Agrícola de um aparelho de transmissão de radiodifusão; idem, o que aprova o contrato celebrado entre a D.O. do M.E.S. e a firma Tedesco & Cia. Limitada, para obras complementares na Escola Técnica de Pelotas; idem, o que aprova o término aditivo ao contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Ericson do Brasil, para construção da primeira etapa da linha aérea entre São Paulo e Campinas; em primeira discussão, o que mantém a decisão do T.C. que negou registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola de Mato Grosso e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação do posto agropecuário de Rosário-Oeste; idem, o que mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola do M.A. e José Bernardo Júnior, para diversas obras no posto agropecuário de Cáceres, Mato Grosso; idem, o que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Dawag Sociedade Anônima de Comércio Internacional, para aquisição de duas máquinas de imprimir selos; idem, o que aprova o contrato celebrado entre D.R.C.T. em Pernambuco e João Ferreira Marques, para construção da estação rádio-receptora de Pau Ferro e de residências para funcionários no mesmo local; idem, o que aprova o contrato celebrado entre o D.N.P.R.C. e a firma Comércio e Indústria Neva Limitada, para fornecimento e montagem do equipamento do Laboratório Hidráulico Experimental, nesta capital (D.C. 2-7; págs. 6.131-35).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T., e a firma Importadora Técnica Rio Mar Limitada, para construção de dutos subterrâneos e uma linha de posteação para lançamento de cabos, em Manaus (D. C. 2-7; pág. 6.131).

CONTRATO

No Senado Federal

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de Decretos Legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o M. Ae. e Paulo Joaquim Jasson Coutinho; idem entre o Ministério da Agricultura e a firma Comércio, Indústria Barbosa & Marques S. A. e c) que autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e André J. Mayar (D. C. 30-6; páginas 6.025-26).

Aprovado o parecer da Comissão de Redação ao Projeto de Decreto Legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas de registrar o término de ajuste celebrado entre o Ministério da Agricultura e Manoel Nunes de Magalhães e sua mulher para pagamento e instalação de uma roda d'água destinada à irrigação das terras situadas à margem do rio São Francisco de Janitá, Estado de Pernambuco. (D.C. 30-6; pág. 6.033).

DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA

No Senado Federal

Voltam às Comissões Técnicas os seguintes projetos de Lei do Senado: a) que revoga o parágrafo único do artigo 15, e parágrafo único do artigo 27 do Decreto-lei n° 3.365, de 2-6-41 (que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública) e b) que revoga o artigo 27 do D. L. 3.365, de 21-6-41 (D.C. 1-7; pág. 6.090).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara a mensagem do Presidente da República que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher (D.C. 3-7; pág. 6.160).

No Senado Federal

Foi a imprimir o projeto do Decreto Legislativo que aprova a Convenção Internacional do Metrô assinado em Sèvre; (D.C. 30-6; pág. 6.024).

Aprovado, em discussão única, o projeto de Decreto Legislativo que aprova a Convenção sobre o Instituto Indigenista International (D.C. 30-6; pág. 6.033).

Chega ao Senado o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Bolívia (D.C. 1-7; pág. 6.087).

DOAÇÕES*Na Câmara dos Deputados*

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza a União a fazer doação à Federação das Indústrias de Goiás, de um lote de terreno localizado no centro de Goiânia (D.C. 1-7, pág. 6.048).

ECONOMIA CAFEEIRA E ALGODEOIRA*Na Câmara dos Deputados*

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que autoriza a exportação do café e algodão pelas taxas cambiais do câmbio livre (D.C. 1-7, pág. 6.053).

EDUCAÇÃO E CULTURA*Na Câmara dos Deputados*

Lidas na hora do expediente as emendas do Senado ao projeto de lei que cria a Escola de Agronomia de Manaus, e dá outras providências (D.C. 1-7, pág. 6.043).

Rejeitada a emenda do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior (D.C. 2-7; pág. 6.134).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a fundar um ginásio para filhos de ferroviários em Recreio, M. G. (D.C. 4-7; pág. 6.220).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da comissão de Serviço Público Civil o projeto de Lei da Câmara que cria a Escola Agrícola de Urutáí, no Estado de Goiás (D.C. 4-7; pág. 6.239).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL*Na Câmara dos Deputados*

O Deputado Campos Vergal apresentou projeto de lei que concede prerrogativas a funcionários que, por mais de 20 anos, exercem ou exerceram cargos técnicos em repartições públicas municipais, estaduais ou federais (D.C. 1-7; pág. 6.053).

Com parecer contrário da Comissão de Educação e Cultura, foi a imprimir o projeto de lei que estende aos portadores de diplomas e certificados de conclusão de curso em Escola Técnica de Química-Industrial não oficializada, há mais de 10 anos, os favores concedidos pelo Decreto-lei n.º 2.298 de 1940, que dispõe sobre o registro dos químicos licenciados (D.C. 2-7; pág. 6.101).

Pelo Deputado Benjamin Farah, foi apresentado o projeto de lei que confere o título de Agrimensor aos que possuírem cursos completos das Escolas Militares Superiores de Preparação de Oficiais e permite o exercício dessa profissão aos oficiais inativos ou afastados das fileiras (D.C. 2-7; pág. 6.105).

FINANÇAS E ORÇAMENTOS*Na Câmara dos Deputados*

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura do crédito especial para ocorrer aos gastos decorrentes da realização,

no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (D.C. 1-7; pág. 6.049). Também com parecer da mesma Comissão, foi a imprimir o projeto que autoriza a abertura do crédito especial para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Presidente da República do Peru e do Ministro das Relações Exteriores do Equador (D.C. 1-7; pág. 6.050).

Aprovadas as seguintes redações finais: autoriza a abertura de crédito especial para atender despesas do Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, realizadas nos exercícios de 1950 a 1952; idem, ao M. J. N.I. para pagamento de despesas com iluminação, força motriz e gás; e idem, ao M.V.O.P. para pagamento aos concessionários dos portos (D.C. 1-7; pág. 6.058).

Lido na hora de expediente o projeto de lei do Poder Executivo que autoriza a abertura de crédito especial para atender a despesas com o comparecimento do Brasil na 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (D.C. 2-7, pág. 6.102).

Aprovado em primeira discussão o projeto de resolução que autoriza a Mesa a realizar, pelo saldo da verba de subsídio, pagamentos de despesas relacionadas no balancete relativo ao mês de abril (D.C. 2-7, pág. 6.130).

Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: autoriza a abertura de crédito especial ao M.T.I.C., para as despesas com a manutenção em 1953, da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pouso e Recuperação de Pirapora e Monte Azul; idem ao M. V. O. P. para atender a despesas devidas ao Lóide Brasileiro; idem ao M.A. para atender ao pagamento das despesas com a realização da Conferência Mundial de Energia; e retifica o art. 7.º da Lei n.º 1.915, de 25-2-53 (D.C. 2-7, pág. 6.131).

O deputado Henrique Pagnoncelli apresentou projeto de lei que modifica o art. 26 do Decreto n.º 24.239, de 22-12-47, que regulamenta o impôsto de renda (D.C. 3-7, pág. 6.170).

Chegou à Câmara o projeto de lei do Senado que modifica disposições do Decreto-lei n.º 8.311, de 1945, que cria uma receita especial destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos postos organizados (D.C. 4-7, pág. 6.217).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas que autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no art. 5.º da Lei n.º 1.313, de 17-1-51 (D.C. 3-6, pág. 6.025).

Foi rejeitado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que retifica o Anexo n.º 18 da Lei n.º 1.487, de 6-12-51 (que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952). (D.C. 30-6, página 6.033).

E' aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no artigo 5.º da Lei n.º 1.313, de 1-51 (D.C. 3-6, pág. 6.201).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para reforma e renovação de móveis do Palácio Tiradentes; b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 15.348.642,80, para contribuição de parte do capital da Caixa de Crédito de Pesca e c) que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados a despesas contra as secas no Nordeste, eleva os limites dos prêmios de águas por cooperação (D.C. 4-7, página 6.238).

INDENIZAÇÕES*Na Câmara dos Deputados*

A Comissão de Finanças requereu e obteve a audiência da Comissão de Economia para o projeto de lei que autoriza a abertura do crédito especial para pa-

gamento de indenizações aos produtores de leite consumido no Distrito Federal (*D.C.* 3-7; pág. 6.175).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 10.700,00, para pagamento de indenização a Urbano Teixeira de Medeiros (*D.C.* 1-7; página 6.087).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que isenta de imposto e taxas qualquer produto de fabricação nacional ou importado, que se destine à produção agrícola ou à atividade pecuária, desde que sejam adquiridos por Associações de Classe ou Cooperativas de Produção ou de Consumo, agrícola ou de pecuária (*D.C.* 1-7, pág. 6.053).

Aprovadas as seguintes redações finais: concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil; e idem para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinadas à Basílica de Penha, em Recife (*D.C.* 1-7, pág. 6.058).

Pelo deputado Lopo Coelho, foi apresentado projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para um conjunto de máquinas importadas da Itália pela Indústria Eletromecânica Brasileira Aprilia Ltda. para montagem de fábrica no Brasil (*D.C.* 1-7, pág. 6.076).

Foi a imprimir o projeto de lei do Deputado Rodrigues Seabra que concede isenção de direitos para materiais importados pela Metrovick do Brasil (*D.C.* 2-7, pág. 6.103).

Aprovado, em segunda discussão, o projeto de lei que concede isenção de direito de importação para um micro-ônibus destinado às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas (*D.C.* 2-7; pág. 6.135).

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para uma "Caterpillar", importada pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, SP. (*D.C.* 3-7; pág. 6.166).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de tributos à Prefeitura Municipal do Carmo do Paranaíba, M.G., para importação de material destinado à construção de uma Usina Hidrelétrica (*Diário do Congresso* 3-7; pág. 6.196).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, para materiais importados diretamente por empresas ferroviárias do país (*D.C.* 4-7; pág. 6.238).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Lúcio Bittencourt apresentou projeto de lei que dá nova redação ao art. 113 do Decreto-lei número 7.036, de 1944, que dispõe sobre acidentes do trabalho (*D.C.* 3-7; pág. 6.171).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Debatido em primeira discussão o projeto de lei que prorroga pelo prazo de 6 meses a vigência da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior (*D.C.* 1-7; pág. 6.076). Prosseguiu a discussão na sessão de 1.º de julho (*D.C.* 2-7; pág. 6.111). Encerrada a primeira discussão. Em virtude das emendas apresentadas, volta às Comissões (*D.C.* 3-7; pág. 6.176).

MERCADO CAMBIAL

Na Câmara dos Deputados

Publicado um substitutivo elaborado pelo Deputado Adolfo Gentil ao projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em letras do Tesouro Nacional de uma importância correspondente a 20% do valor em cruzeiros das compras de câmbio feitas pelos importadores (*D.C.* 2-7, pág. 6.098).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Prosseguiu a discussão do projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1954 (*D.C.* 1-7, pág. 6.062).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a constituição de comissões especiais para relatar os projetos de lei que: cria, na Justiça do Trabalho, as 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife; e dispõe sobre a federalização dos Departamentos Estaduais de Estatística (*D.C.* 2-7, página 6.130).

O deputado Felix Valois apresentou projeto de lei que cria novos cartórios de registro de imóveis e de tabelionatos do Distrito Federal (*D.C.* 4-7, pág. 6.220).

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a audiência da Comissão de Constituição e Justiça para as emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a organização sindical (*D.C.* 2-7, página 6.130).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil (*D.C.* 1-7, pág. 6.058).

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda, e dá outras providências. Em virtude de emendas, volta às Comissões Técnicas (*D.C.* 2-7, pág. 6.122).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que acrescenta parágrafo único ao art. 7.º da Lei n.º 116, de 1947, que dispõe sobre o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (*D.C.* 2-7, pág. 6.130).

Também em 2.ª discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: que autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação a funcionário do M.E.S.; autoriza a abertura de créditos especial e suplementar ao Poder Judiciário — T.F.R. e S.T.F., para atender a despesas com salário-família e abono de emergência concedidos aos funcionários das respectivas Secretarias (*D.C.* 2-7, páginas 6.131 e 6.133).

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial ao Tribunal de Contas para pagamento de diferenças de vencimentos, de salário-família, de auxílio-funeral e de outras vantagens devidas a servidores daquele Tribunal e a seus beneficiários (*D.C.* 3-7, pág. 6.161).

Aprovada a redação final na sessão de 3 de julho (*D.C.* 4-7, pág. 6.222).

Com pareceres favoráveis da Comissão de Finanças, foram a imprimir os projetos de lei que: autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço nos meses de novembro e dezembro de 1952 a servidores do M.J.N.I.; e idem, para pagamento de gratificação devida a médico do M.

E. S. por serviços prestados com risco de vida ou de saúde (D.C. 4-7, pág. 6.218).

No Senado Federal

São aprovadas emendas, subemendas e substitutivo do projeto de Resolução que admite no Quadro da Portaria, como serventes, Classe "G", excedentes, os dois atuais servidores contratados respectivamente, para os serviços de limpeza do edifício e de mensageiro. (D.C. 30-6, página 6.032).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 27.890,00, para atender ao pagamento de honorários aos professores integrantes de comissões examinadoras e b) que dispõe sobre o provimento de cargos de carreira de Detetive do Quadro Permanente do M.J.N.I. — D.F.S.P. (D.C. 3-7, páginas 6.196 e 6.198).

Foi a imprimir, com pareceres, a emenda oferecida ao projeto de lei da Câmara que altera os quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco (D.C. 4-7, pág. 6.238).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., crédito de Cr\$ 7.200,00 para atender às despesas com o pagamento de gratificação de Magistério à Professora Canusa de Menezes Brandão Aires (D.C. 4-7, pág. 6.239).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o projeto de lei do Poder Executivo que regula o casamento de cabos e soldados do Exército, estendendo-lhes os benefícios do artigo 102, alínea "b" n.º 3, do Estatuto dos Militares (D.C. 4-7, pág. 6.218).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia da Marinha e regula a situação desses oficiais do Corpo de Engenharia e Técnicos (D.C. 1-7, página 6.087).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a discussão do projeto de resolução que solicita a designação de uma Comissão para relatar as emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a constituição da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A. Vai à Comissão de Constituição e Justiça com emenda (D.C. 1-7, pág. 6.076).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto de lei que releva a prescrição e assegura o direito à percepção de montepio civil a Izabel Guia (D.C. 2-7; pág. 6.100).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que altera dispositivos do Decreto-lei n.º 3.200, de 1941, que dispõe sobre a organização de proteção da família (D.C. 2-7; pág. 6.131).

Publicado para estudo o Relatório do Deputado Lopo Coelho ao projeto de lei que atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros, e dá outras providências (D.C. 3-7; pág. 6.156).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que concede pensão especial de Cr\$ 1.500,00 a Valdomiro Pedro Marmilh e b) de Cr\$ 800,00 a Guihermina Gerlach (D.C. 2-7; pág. 6.144).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Djanira Lima da Cunha (D.C. 3-7, página 6.199).

Foi a imprimir, com pareceres o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial de Cr\$ 3.500,00 mensais à viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares (D.C. 4-7, pág. 6.239).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado, em 2.ª discussão, o projeto de lei que institui a Lei Orgânica da Saúde e dá outras providências (D.C. 2-7, pág. 6.129).

Também foi aprovado em 2.ª discussão o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial destinado ao Serviço Nacional de Malária, para a intensificação do combate à malária no Amazonas (D.C. 2-7, pág. 6.131).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza (D.C. 1-7, pág. 6.059).

Publicado para estudo o relatório do deputado Freitas Cavalcanti ao projeto de lei que dispõe sobre a Ribeirão Ferroviária do Nordeste (D.C. 3-7, pág. 6.157).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial destinado ao pagamento de transporte de malas postais por via aérea (D.C. 3-7, pág. 6.163). Aprovada a redação final (D.C. 4-7, pág. 6.222).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que altera o artigo 114, do Decreto-lei n.º 483, de 8-6-36 (D.C. 30-6, página 6.025).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável da Comissão de Diplomacia, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre a isenção do visto consular para os turistas cidadãos de países americanos (D.C. 1-7, pág. 6.043).

Foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre a naturalização de estrangeiros que residem no Brasil há mais de 10 anos e sejam casados com mulher brasileira ou tenham filhos brasileiros. O projeto tem parecer, com substitutivo, da Comissão de Justiça (D.C. 1-7, página 6.049).

Publicado o projeto de resolução que altera a decisão e atribuições da Comissão Especial de Mudança da Capital da República (D.C. 1-7, pág. 6.051).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei, emendado pelo Senado, que autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República (D.C. 1-7, pág. 6.051).

Com parecer contrário, foi a imprimir a indicação que solicita o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre se o oficial reformado da Força Pública do Estado de São Paulo pode receber os proventos da reforma acumuladamente com o subsídio de deputado (D.C. 1-7, pág. 6.051).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a dotar a Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, de meios para a criação de um Museu do Café (D.C. 1-7, pág. 6.052).

Prosseguiu a discussão do projeto de lei que institui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição e dá outras

providências. Encerrada a segunda discussão; vai às Comissões em virtude de emenda (D.C. 1-7, pág. 6.059).

Foi a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado João Cabanas que cria o sôlo eleitoral para despesas da Justiça Eleitoral com o Serviço de Alistamento de Eleitores, propaganda dos partidos e candidatos dez dias antes das eleições e condução gratuita dos eleitores nos dias de pleito (D.C. 2-7; pág. 6.104).

Lido, na hora do expediente da sessão noturna de 1-7 o projeto de lei do deputado Oswaldo Orico que autoriza abertura de crédito especial para erigir, no Distrito Federal, um monumento à memória da Princesa Isabel, a Redentora (D.C. 2-7; pág. 6.120).

Rejeitado o projeto de lei que considera de utilidade pública a Associação Beneficente dos Servidores do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras (D.C. 2-7; página 6.135).

Publicada a redação final do projeto de resolução que aprova as conclusões do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre ocorrências verificadas na fronteira do sul do Brasil (D.C. 3-7, pág. 6.163).

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de lei que provê sobre o uso de automóveis oficiais e dá outras providências. (D.C. 3-7; pág. 6.166).

Em virtude de emendas, volta às Comissões o projeto de lei que dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais e dá outras providências (D.C. 3-7; página 6.184).

Iniciada a primeira discussão do projeto de resolução que cria uma comissão especial composta de 7 membros destinada a estudar as medidas de proteção dos recursos naturais do país (D.C. 3-7; pág. 6.185). Aprovado na sessão de 3-7 (D.C. 4-7, pág. 6.223).

Aprovado com emendas o projeto de lei que modifica a data de início de contagem de prazo para apresentação de documentos e entradas de requerimentos de regularização de terras pertencentes ao Patrimônio da União (D.C. 4-7; pág. 6.223).

No Senado Federal

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei do Senado que modifica os artigos 3.º, II, 4.º parágrafo único, 5.º, parágrafos 4.º, 5.º, e 6.º da Lei n.º 1.505 de 19-12-51. (No tocante à ação rescisória e mandados de segurança) (D.C. 2-7, pág. 6.146).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 30 de junho, os seguintes senhores deputados: Maurício Joppert dirigindo-se ao senhor Prefeito do D.F. em face das arbitrariedades dos fiscais da P.D.F.; Vasconcelos Costa acerca de males econômicos da cidade de Montes Claros; Ruy Araújo, sobre a inundação do Estado do Amazonas; Dix-Huit Rosado para ler telegrama do Prefeito de Mossoró sobre a agressão que sofreu o Sr. Edilson Fonseca; Muniz Falcão acerca do crédito para pagamento do abono de emergência ao pessoal do serviço executado em regime de Acordos nos Estados; Adahil Barreto sobre a restruturação dos proventos das aposentadorias do D.C.T.; André Araújo congratulando-se com a representação amazonense na Câmara; Magalhães Melo para lamentar desastre ocorrido em nossa aviação comercial Chagas Rodrigues para comunicar que o Tribunal de Contas ordenou o término de ajuste entre o Departamento de Portos, Rios e Canais e a firma Construtora de Portos e Estradas Limitada; Orlando Dantas para debater assunto concernente à política de Sergipe; Fernando Ferrari apelando para que se apresse a tramitação do projeto que estende abono de emergência a todo o pessoal de obras; Arruda Câmara quando da 2.ª discussão do projeto que institui o Fundo Partidário, e ainda, sobre o mesmo assunto ocuparam a Tribuna os senhores deputados Vieira Lins e João Cabanas; Antônio Correia sobre as propostas orçamentárias dos Departamentos de Estradas de Rodagem e Obras Contra as Sécas; Alberto Deodato acerca de Matéria Financeira; Jaime Teixeira sobre a designação do Sr. Antônio

Balbino para Ministro da Educação e Saúde; Urib Alvim sobre remodelação ministerial; Raimundo Padilha acerca da Economia Nacional e Ranieri Mazzilli sobre o projeto que prorroga o instituto de licença prévia.

Falaram, na sessão de 1 de julho, os seguintes senhores deputados: Euzébio Rocha, acerca da alteração das tarifas da Cia. Paulista de Energia Elétrica; Adahil Barreto sobre doença que está grassando no município de Sobral no Cerá; Ostoja Roguski apelando ao Diretor da CEXIM para que decida quanto antes os pedidos formulados pela Empresa Elétrica de Londrina S.A.; Lauro Lopes para entregar memorial dos ferroviários da Ribeira Paraná-Santa Catarina pedindo que se revogue o decreto que modifica as Caixas de Aposentadorias do Brasil; Oswaldo Orico apresentando projeto de abertura de crédito para construção de um monumento em honra da memória da Princesa Izabel; Magalhães Melo apelando, em nome de localidade de Pernambuco, urgência para aprovação do projeto que permite a localização de "currais de pesca" e outros engenhos assemelhados; André Araújo apelando ao Governo Federal que volte suas vistas para o Amazonas sob encheres; Vasconcelos Costa sobre a operação de troca de aviões a jato inglês por algodão brasileiro; Lima Figueiredo encaminhando à Mesa requerimento no sentido de que a primeira parte do Expediente do dia 25 de agosto do corrente ano seja à comemoração do seisquicentenário do Duque de Caxias; Germano Dockhorn solicitando urgência para o projeto que concede auxílio de Cr\$ 500.000,00 para Exposição Nacional do Milho, Suínos e gado leiteiro a realizar-se em Santa Rosa, Rio G. do Sul no "Dia do Colono"; José Augusto sobre o sistema parlamentarista; Henrique Pagnoncelli acerca do projeto que prorroga a licença prévia; Antônio Noschese acerca de problemas de carvão e siderurgia; Wolfran Metzler acerca da questão de moinhos de calcário; Benjamin Farah sobre questão relacionada com a presença dos americanos nesta cidade; Tenório Cavalcanti acerca do aumento de passageiros da Frota Carioca e da Cantareira; Adroaldo Costa, Maurício Joppert, Lauro Lopes, Campos Vergel, Celso Peçanha e Nelson Omegna para encaminharem a votação em 1.ª discussão do projeto que abre, pelo M.E.S. o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 destinado à instalação da Casa Euclidiana, em S. João do Rio Pardo, no E. de S. Paulo.

Falaram, na sessão de 2 de julho, os seguintes senhores deputados: André Araújo apelando em nome dos estudantes de Manaus, ao Sr. Ministro da Agricultura para que se torne realidade a Escola de Agronomia do Amazonas; Vieira Lins para fazer apelo ao Sr. Ministro da Viação no sentido de que sejam pagos adicionais e salário-família aos serventários da Ribeira Vilação Paraná; Celso Peçanha indagando sobre o projeto 1.146-47 que trata da aposentadoria integral; Vasconcelos Costa sobre o projeto de lei que dispõe sobre a criação e construção de um ginásio para filhos de ferroviários da Leopoldina Railway, na cidade de Recreio em MG; Adahil Barreto para ler mensagem dos pracinhas brasileiros a propósito da decoração do Dia Mundial do Ex-Combatente; Brígido Tinoco sobre a fusão das Caixas de Aposentadoria e Pensões; Filadelfo Garcia, para ler telegrama de Bauru, SP contra a fusão das Caixas de Aposentadoria e Pensões; Magalhães Melo para comentar artigo publicado sobre o Senhor Ademar de Barros; Ostoja Roguski para comunicar que os ferroviários de Curitiba não estão recebendo adicionais e salário-família; Dolor de Andrade para ler telegrama de aplausos dos ferroviários ao projeto que apresentou visando assegurar-lhes salário-família e adicionais; Wolfran Metzler acerca da nomeação do Sr. Antônio Balbino; José Guimarães para ler telegrama de congratulação pelo 2 de julho de 1823; Humberto Moura sobre o cinquentenário da Comissão de Carta do Brasil; Henrique Pagnoncelli encaminhando à Mesa projeto de lei que dispõe sobre a arrecadação da renda bruta da totalidade dos impostos pagos no ano anterior; Benjamin Farah pedindo andamento rápido do projeto 1.082-50; Maurício Joppert acerca da mensagem presidencial e sobre visita que fez à Fábrica de Explosivos Presidente Vargas; Brígido Tinoco comunicando à Câmara que segundo o Sr. Deputado Flávio Castrioto, sua vida corre perigo; Brochado da Rocha acerca do projeto que prorroga a vigência do regime

da licença prévia; Tenório Cavalcanti e Gustavo Capanema para encaminharem a votação do requerimento que o Deputado João Roma na Comissão de Inquérito sobre irregularidades do D.E.R.; Gustavo Capanema acerca do projeto que cria a Cia. Nacional de Seguros Agrícolas que ainda não teve parecer da Comissão de Justiça; Fernando Ferrari para responder ao Sr. Gustavo Capanema; Aziz Maron sobre a lavoura caqueira, Benjamin Farah acerca do artigo sobre o Sr. Ademar de Barros; Magalhães Melo sobre problemas econômicos e Clodomir Millet acerca de problemas agrícolas.

Falaram, na sessão de 3 de julho, os seguintes senhores deputados: Vasconcelos Costa sobre reclamações de aposentados pela Caixa de Aposentadoria e Pensões da Central do Brasil; Rondon Pacheco acerca do discurso do Sr. Herbert Levy sobre a situação econômico-financeira; Vieira Lins objetivando o problema de unidade sindical; Celso Peçanha, a respeito dos motoristas do Estado do Rio; Magalhães Melo acerca da mensagem do Poder Executivo sobre a criação da Companhia Nacional de Seguros Agrícolas Sá Cavalcanti sobre a instalação do Banco do Nordeste; Dolor de Andrade a respeito da promoção dos Servidores do D.C.T.; Medeiros Neto sobre o problema da anistia fiscal; Tenório Cavalcanti, sobre informações pedidas ao Ministério da Marinha a respeito de despesas feitas com os navios "Almirante Salcânha" e "Barroso"; Campos Vergal falando acerca da catástrofe que se abateu sobre o Japão submerso várias cidades; Maurício Joppert acerca de requerimento de informações que enviou ao Diretor da Estrada de Ferro Leopoldina e Hugo Carneiro fazendo apelo ao Sr. Vicente Rão para que preste algum auxílio ao Território do Acre que se encontra sem gêneros alimentícios e sobre incidentes ocorridos na bancada alagoana.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 29 de junho, os seguintes senhores senadores: Mozart Lago, sobre a inscrição de mulheres nos concursos para Inspetor e Fiscal do Trabalho; Ivo D'Aquino acerca do projeto que visa a extinção gradual da obrigação e de os exportadores aplicarem em letras do Tesouro 20% do valor em cruzeiros de suas vendas de câmbio; Georgino Avelino para ler telegrama comunicando agressão sofrida pelo Sr. Edilson Fonseca; Kerginaldo Cavalcanti acerca dos males que se abateram sobre a Bacia Amazônica; Domingos Velasco sobre o cinquentenário da Carta Geral do Banco do Brasil; Anízio Jobim acerca do projeto que abre crédito como auxílio da Urião à recuperação das áreas atingidas por enchentes na Bacia Amazônica, bem como os senhores Antônio Bayma, Apolônio Sales e Anízio Jobim; Ismar de Góes, Alfredo Neves e Mozart Lago para encaminharem a votação quando da votação, em discussão única do projeto de Resolução que admite no Quadro de Porteiro, como Servente, Cl. "G", excedentes, os pois atuais servidores entrados, respectivamente, para os serviços de limpeza do edifício e de mensageiro; Magalhães Barata acerca do não pagamento de cotas rodoviárias para os municípios e Domingos Velasco protestando contra a indicação do Sr. Vicente Rão para o Ministério das Relações Exteriores.

Falaram, na sessão de 30 de junho, os seguintes senhores senadores: Mozart Lago encaminhando requerimento para que, ao menos, seja ponto facultativo dia 6 do corrente, chegada dos despojos da Princesa Izabel; Titerino Freire em defesa do Sr. Vicente Rão, tendo em vista as acusações que foram feitas pelo Sr. Domingos Velasco; este Senador voltando à Tribuna respondeu ao Senhor Titerino Freire; Júlio Leite defendendo-se das acusações dirigidas pelo Deputado Francisco de Araújo Macedo; Novais Filho para comunicar as observações feitas na Conferência Internacional do Trabalho e Alfredo Neves, apelando aos Poderes Públicos para o que está ocorrendo em relação à concordata do Banco Fluminense de Produção.

Falaram, na sessão de 1 de julho, os seguintes senhores Senadores: Apolônio Sales no sentido de que se

ampare o plantador de algodão e o fornecedor de sisal do Nordeste e Kerginaldo Cavalcanti sobre o problema da carestia da vida e do combate aos tubarões do comércio e da indústria.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 2 de julho, os seguintes senhores Senadores: Hamilton Nogueira acerca do 4º aniversário do "Jornal das Letras" e apelando ao Sr. Ministro da Fazenda para que faça desaparecer entraves à indústria do papel e consequentemente à dos livros; Alencastro Guimarães sobre a situação financeira do país; Mozart Lago exaltando o merecimento do Corpo de Bombeiros na passagem do seu 97º aniversário e Atilio Vivacqua pedindo providências aos poderes públicos no tocante à limitação de tráfego e fiscais, por meio de tributações, imposta por Portaria do Sr. Secretário de Finanças do Estado do Rio.

Falaram, na sessão de 3 de julho, os seguintes senhores Senadores: Mozart Lago acerca do 2º aniversário do matutino "O Popular"; João Vilasboas sobre questão política; Kerginaldo Cavalcanti para ler carta do Sr. Brasílio Machado Neto, Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Atilio Vivacqua acerca do 2º aniversário da Lei n.º 1.390 que inclui entre as contravenções gerais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça e de cér.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Justiça, para que seja ouvido o Estado-Maior das Forças Armadas a respeito de projeto de lei sobre instalação e localização de usinas de energia nuclear; do deputado Herbert Levy, sobre a construção de uma Estação Marítima no porto de Santos; do deputado Celso Peçanha, sobre pagamento de abono de emergência aos funcionários da CAP do: Ferroviários da E.F.C.B.; do deputado Armando Falcão, sobre atraso no pagamento do pessal subalterno da Fundação Brasil Central; do deputado Ulisses Guimarães, sobre os motivos por que os servidores da E.F. Santos a Jundiaí não percebem os benefícios da licença-prêmio, salário-família e adicionais por tempo de serviço; do deputado Celso Peçanha sobre se o M.T. teve ciência da inobservância, pela Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, do feriado de 3 de outubro, data da instalação do Município de Barra Mansa; e do deputado João Cabanas, sobre as modalidades de empréstimos feitos pelos Estados Unidos ao Brasil, de 1945 a junho de 1953, mediante acordo entre os dois Governos (D.C. 1-7, pág. 6.052).

Recebidas na sessão noturna de 30 de junho as seguintes informações: da Secretaria da P.R., sobre servidor da Escola Superior de Guerra, prestadas pelo D.A.S.P.; da mesma, sobre pessoal de obras, prestadas pelo D.A.S.I.; do Ministério da Viação, sobre projeto de lei que inclui estrada de rodagem no plano rodoviário nacional de primeira urgência; do mesmo sobre perfuração de poços no Polígono das Sêcas; do mesmo, sobre projeto de lei que dispõe a respeito do regime de serviços para construção, pavimentação e conservação do trecho rodoviário Rio-São Paulo; do mesmo, sobre verbas orçamentárias e do Plano SALTE para construção de ferrovia em Santa Catarina; e ainda do mesmo, sobre processo de concorrência administrativa realizada no D.N.E.R.; do Ministério da Fazenda, sobre abertura de crédito especial autorizado em lei, para pagamento do Presidente e voga de Junta de Conciliação e Julgamento; do mesmo, sobre cargos e respectivos vencimentos no Conselho Técnico de Economia e Finanças; ainda do mesmo, sobre mensagem do T.R.F., que solicita ao Congresso Nacional abertura de crédito suplementar; e do M. das Relações Exteriores, sobre a importação de automóvel "Cadillac" pelo Ministro da Fazenda (D.C. 1-7, págs. 6.071-75).

Lidas no expediente da sessão de 2 de julho as seguintes informações: do Ministério do Trabalho, sobre processos em andamento no IAPC; do mesmo, sobre operações do IRB; ainda do mesmo, sobre a Fundação da Casa Popular (D.C. 3-7, pág. 6.150).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, sobre anexação de projetos que tratam da criação de agências de arrecadação; do deputado Benjamin Farah, sobre o não cumprimento do art. 255 do Decreto-lei n.º 4.162, por parte do M. da Aeronáutica; do deputado Bilac Pinto, sobre aquisição de um carro de corrida marca Ferrari oferecido pelo Presidente da República a Francisco Landi; do deputado Armando Falcão, sobre as providências tomadas pela Fundação da Casa Popular para solucionar o problema do abastecimento d'água ao núcleo residencial de Pici, Fortaleza; do deputado João Cabanas, sobre se a Associação S. Judas Tadeu, de São Paulo, recebeu a subvenção consignada nos orçamentos de 1949 e 1950; do deputado Benedito Vaz, sobre os motivos por que ainda não foi pago pelo IPASE o seguro devido aos menores herdeiros de Franklin Santana; do deputado Galdino do Vale, sobre a fiscalização dos transportes marítimos entre o Rio e Niterói; e do deputado Raimundo Padilha, sobre atraso de pagamento de letras do Tesouro, para o que convoca o Ministro da Fazenda (*D. C.* 3-7, pág. 6.165-66).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Justiça, sobre atividades do alienígena Eivind Reinert; do Ministério da Viação, sobre projeto de lei que dispõe a respeito da fiscalização do embarqué e desembarque de mercadorias nos portos do país; do Ministério do Trabalho, sobre pagamento do abono de emergência e salário-família ao pessoal da CAP dos Ferroviários do R. Grande do Sul; do Ministério da Guerra, sobre projeto de lei que beneficia militares que participaram da Campanha da Itália; do Ministério da Fazenda, sobre ida de cruzador à Inglaterra, para representar o Brasil na Coroação de Elizabeth II; idem, sobre as despesas do mesmo cruzador; do mesmo, sobre pagamento de repouso semanal remunerado; do mesmo, sobre projeto de lei que isenta de direitos de importação a sacaria de juta; e ainda do mesmo, sobre projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para o equipamento de televisão da Rádio Record S. A.; do Ministério da Marinha, sobre despesas da viagem do cruzador "Almirante Barroso" à Inglaterra (*D. C.* 4-7, pág. 6.215).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, de audiência dos Ministérios militares para projeto de lei que abre crédito especial para obras de restauração e conservação do Convento de Itanhaém, SP; da Comissão de Economia, sobre audiência do Ministério do Trabalho para assuntos relacionados com a COFAP; da Comissão de Justiça, sobre a audiência do Ministério da Fazenda para projeto de lei que concede anistia fiscal; e da mesma, sobre audiência do Ministério do Trabalho para projeto de lei que cria conselhos federal e regionais de química (*D.C.* 4-7, pág. 6.220).

No Senado Federal

Recebidas as seguintes informações: do Ministério do Trabalho, sobre inquéritos no IAPETC (*D.C.* 1-7, página 6.086). Idem da Secretaria da P.R., sobre a suspensão da publicação do matutino "A Manhã" (*D. C.* 4-7, pág. 6.237).

Deferido o requerimento do senador Alencastro Guimarães, sobre atividades do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (*D.C.* 4-7, pág. 6.243).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Dolor de Andrade (*D.C.* 1-7, pág. 6.059). Idem ao deputado Armando Fontes (*D.C.* 2-7, pág. 6.110). Idem ao deputado Galdino do Vale (*D.C.* 3-7, pág. 6.175).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Justiça que opina pelo arquivamento do ofício da Câmara Municipal de Santo Anastácio, em que solicita a criação da agência dos Correios e Telégrafos no Distrito de Ribeião dos Índios (*D.C.* 2-7, pág. 6.102).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que cria Hortos Florestais nos Municípios de Siriri e Muribeca, no Estado de Sergipe (*Diário do Congresso* de 9-7, pág. 6.332).

Foi a imprimir o projeto de resolução que cria uma comissão de inquérito destinada a fazer o levantamento completo dos prejuízos causados pelas últimas geadas à lavoura cafeeira do país e sugerir medidas capazes de propiciar a sua recuperação (*Diário do Congresso* de 9-7, pág. 6.334).

O Deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que obriga aos proprietários de glebas superiores de 500.000m², cultivadas por meio de empregados ou arrendadas a reservarem 15.000 m² para cada grupo de empregados, a fim de cultivarem legumes e cereais para seu uso doméstico (*Diário do Congresso* de 9-7, pág. 6.335).

Em seguida discussão, foi aprovado o projeto de resolução que institui uma comissão especial composta de sete membros destinada a estudar as medidas de proteção aos recursos naturais do país (*Diário do Congresso* de 11-7, pág. 6.414).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o projeto de lei do Poder Executivo que concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (*Diário do Congresso* de 8-7, pág. 6.265).

O Deputado Leopoldo Maciel apresentou projeto de lei que concede subvenção anual à Escola Superior de Agricultura de Lavras, MG (*Diário do Congresso* de 8-7, pág. 6.269).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza concessão de auxílio para ocorrer às despesas com a reparação e restauração do Teatro da Paz e do Teatro Amazonas, em Belém do Pará e Manaus (*Diário do Congresso* de 9-7, pág. 6.332).

Aprovada a audiência da Comissão de Saúde Pública para o projeto de lei que autoriza concessão de auxílio à Associação Brasileira de Leprologia para se fazer representar no 6.º Congresso Internacional de Leprologia, a realizar-se em Madrid (*Diário do Congresso* de 9-7, pág. 6.334).

Pelo Deputado Flores da Cunha, foi apresentado projeto de lei que concede auxílio financeiro destinado às obras educacionais encetadas pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula e outros projetos para intensificação de núcleos e casas de caridade (*Diário do Congresso* de 9-7, pág. 6.335).

O Deputado Eduardo Catalão apresentou projeto de lei que concede auxílio para atender a quaisquer despesas com a realização do I.º Congresso Nacional de Professores Primários (*Diário do Congresso* de 11-7, pág. 6.406).

Aprovada a urgência para o projeto de lei que concede auxílio financeiro para atender às despesas com a III Festa Nacional do Trigo, em Erechim, RS (*Diário do Congresso* de 11-7, pág. 6.413).

Aprovado em primeira discussão o projeto de lei que concede auxílio financeiro para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (*Diário do Congresso* de 11-7, pág. 6.416).

Em virtude de emenda, volta às comissões o projeto de lei que concede auxílio financeiro para atender às despesas decorrentes da organização e realização do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil (*Diário do Congresso* de 11-7, pág. 6.416).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que concede subvenção anual à Escola de Agronomia da Bahia (*D. C.* 11-7, pág. 6.416). Foi a imprimir a redação final (pág. 6.426).

No Senado Federal

Chega ao Senado o Projeto de Lei da Câmara que retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953 (D. C. 8-7, pág. 6.300).

Chega ao Senado o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. E. S., o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para custear, em parte, as despesas com a organização e a realização do VI Congresso Eucarístico Nacional (D. C. 8-7, pág. 6.304).

Aprovado o requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar os municípios catarinenses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes (D. C. 8-7, pág. 6.307).

Foi aprovado o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo M. E. S., o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender à despesa com o II Congresso Latino-Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia (D. C. 8-7; pág. 6.309).

Em discussão única, são lidas e aprovadas as emendas ns. 1 e 2 ao Projeto de Lei da Câmara que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953 (D. C. 9-7, pág. 6.365).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim pela realização da exposição regional agropecuária em 26 de março de 1952, no Município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina (D. C. 10-7, pág. 6.391).

Foi aprovado, em discussão única, o Projeto de Lei da Câmara que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953 (D. C. 11-7, página 6.442).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar os municípios catarinenses na reconstrução das obras públicas destruídas ou danificadas por enchentes. Nessa oportunidade falaram os senhores senadores Melo Viana, Joaquim Pires e Antônio Bayma (D. C. 11-7; pág. 6.444).

Foram aprovados, em discussão única, os seguintes Projetos de Lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. E. S., o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para custear em parte as despesas com a organização e a realização do VI Congresso Eucarístico Nacional e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 7.800.000,00, para auxiliar as despesas do VI Recenseamento Geral do Brasil (D. C. 11-7, pág. 6.445-46).

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*Na Câmara dos Deputados*

O Deputado Aliomar Baleeiro apresentou Projeto de Lei que extingue o Banco de Desenvolvimento Econômico transferindo-se todos os seus direitos, atribuições e obrigações ao Banco do Brasil S. A., que encriturará em conta especial todos os fundos recebidos de entidades cujos bancos nacionais, estrangeiros ou internacionais, para os fins de que trata o parágrafo I do artigo 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, que modifica a Legislação do Impôsto de Renda (D. C. 11-7; pág. 6.407).

BENS DA UNIÃO*Na Câmara dos Deputados*

O Deputado Celso Peçanha apresentou Projeto de Lei que autoriza a vender aos servidores federais os lotes e casas do Núcleo Colonial de São Bento, do Ministério da Agricultura (D. C. 10-7; pág. 6.383).

CÓDIGO ELEITORAL*No Senado Federal*

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de Lei da Câmara que altera o Código Eleitoral, (D. C. 10-7; pág. 6.438).

CONSELHO NACIONAL DE BÔLSAS DE ESTUDO*Na Câmara dos Deputados*

Autorizada pela Comissão de Educação a publicação do substitutivo aos projetos de Lei que dispõem sobre a criação do Conselho Nacional de Bônus de Estudo (D. C. 8-7; página 6.262).

CONTRATOS PÚBLICOS*Na Câmara dos Deputados*

Publicada a redação final do Projeto que aprova o contrato celebrado entre o D. C. T. e a firma Cia. Predial de Taubaté, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica dessa cidade (D. C. 8-7; página 6.268). Aprovada na sessão de 8-7 (D. C. 9-7; página 6.340).

Foram a imprimir as redações finais dos projetos que aprovam os contratos celebrados entre: o Ministério da Aeronáutica e John Putman Weber, para Professor Associado de Meteorologia Sinóptica do Instituto Tecnológico de Aeronáutica; o Ministério da Agricultura e a firma Construtora e Conservadora Americana Ltda. para execução de reparos no Entreposto de Pesca do Rio de Janeiro; o Ministério da Justiça e a firma Cia. Federal de Eletricidade para o fornecimento de um Gabinete Radiológico e sua instalação no Sanatório Penal do Distrito Federal; o Ministério da Educação e o Governo de São Paulo, para manutenção de Leprosários e Preventórios naquele Estado; a Superintendência das E. I. P. N. e a firma Maveroy Sociedade Indústria Frigorífica Ltda., para ampliação das instalações da indústria do frio na Empresa de Armazéns Frigoríficos à Avenida Rodrigues Alves, ns. 433 e 435; o D. C. T. e a firma Pirelli S. A., para fornecimento de fio de cobre com alma de aço; o mesmo e a firma Standard Elétrica S. A., para fornecimento de diversos materiais; a D. O. do M. E. S. e a firma Tedesco e Cia. Ltda., para obras complementares na Escola Técnica de Pelotas; o D.C.T. e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea entre São Paulo e Campinas (D. C. 9-7; págs. 6.333-34). Aprovadas na sessão de 10-7 (D. C. 11-7; pág. 6.413).

Idem em relação aos projetos que mantêm as decisões do Tribunal de Contas contrárias aos registros dos contratos celebrados entre: Ministério da Agricultura e a firma Geraldo Duarte Passos, para a execução de obras na I. R. da D. F. P. A. em Goiânia; D. C. T. e a firma Standard Elétrica S. A., para fornecimento de mesas de comutação e exames; Ministério da Justiça e a firma Construtora Senobra Ltda., para construção das redes de água, gás, luz e esgotos primários e secundários na casa do administrador da Casa Maternal Melo Matos; Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Otto Johann Robert Berger, para Chefe da Subseção de Impressão do Serviço Geográfico do Exército (D. C. 9-7; pág. 6.333-34). Aprovadas na sessão de 10-7 (D. C. 11-7; pág. 6.413).

Foram a imprimir os seguintes Projetos da Comissão de Tomada de Contas: aprova o contrato celebrado entre a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho e Carlos Potier Monteiro, para locação de apartamento; idem entre a Comissão de Construção do C.N.E.P.A. e a firma Mesbla S. A., para fornecimento de máquinas; idem entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo para execução e pagamento de obras de irrigação em sua propriedade; idem entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia., para fornecimento ao mesmo Departamento de 16 conjuntos amplificadores de rádio; aprovado o ato do T. C. que negou registro a contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço

de Patrimônio da União e José Borges, para locação de imóvel; e mantém a decisão do T. C. que recusou o registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e Caetano Nappi, para exercer a função de aerofotógrafo e prático de laboratório no Serviço Geográfico do Exército (D. C. 10-7; pág. 6.377 e 6.381).

Com emenda do Senado foi a imprimir o projeto de Lei que mantém a decisão do T. C. denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Manuel Nunes de Magalhães (D. C. 11-7; página 6.405).

No Senado Federal

Foram a imprimir as redações finais dos seguintes Projetos de Decretos Legislativos: a) que mantém a decisão por que o Tribunal de Contas autorizou o registro, sob reserva, de despesa relativa ao pagamento a várias companhias teatrais; b) que aprova o termo de escritura pública de compra e venda realizada entre o D. N. P. M., do Ministério da Agricultura e Teodoro Kestrin e sua mulher; c) que aprova a decisão por que o Tribunal de Contas denegou registro ao contrato celebrado entre a Administração do Edifício da Fazenda e a Limpadora Brasileira e d) que aprova a decisão por que o Tribunal de Contas denegou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Rocha e Cia. (D. C. 8-7; página 6.304).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o contrato de empreitada celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do M. E. S. e a firma A. Pereira Gonçalves (D. C. 9-7; pág. 6.359).

Chega ao Senado o Projeto de Decreto Legislativo que aprova os termos de rescisão dos contratos celebrados entre o D. C. T. e a firma Construtora Richard de Block (D. C. 10-7; pág. 6.390).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o Projeto de Decreto Legislativo aceitando a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Cia. Fábio Bastos, Comércio e Indústria (D. C. 10-7; pág. 6.390).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o Projeto de Decreto Legislativo que aprova ato do Tribunal de Contas que registrou a despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 124.280,00 à firma ASCA (D. C. 10-7; pág. 6.392).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o Projeto de Decreto Legislativo no qual o Tribunal de Contas nega registro à renovação do contrato celebrado entre o Governo do Território do Guaporé e Alzira Potelho de Amorim Gorayeb (D. C. 11-7; pág. 6.438).

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PARA COMBATE ÀS SÉCAS

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o Projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra às sécas do Nordeste, eleva os limites dos prêmios de ações por cooperação (D. C. 8-7; página 6.309).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara a Mensagem do Poder Executivo submetendo à ratificação do Congresso os textos dos Atos do Sexto Congresso da União Postal das Américas e Espanha, concluídos em Madrid, a 9 de novembro de 1950 (D. C. 9-7; pág. 6.319).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do Projeto de Decreto Legislativo da Câmara que aprova a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano (D. C. 8-7; página 6.305).

Foi aprovado, em discussão única, o Projeto de Lei de Decreto Legislativo que aprova a Convenção Internacional assinada em Sevres (D. C. 8-7; pág. 6.309).

DIREITO DE INVENÇÃO

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o Projeto de Lei da Câmara que isenta de pagamento de selos e taxas para efeito de obtenção de patente, a invenção dos que declararam e comprovam situação econômica deficiente (D. C. 10-7; pág. 6.391).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Vasconcelos Costa apresentou Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ficar imóveis do Departamento Nacional do Café à Associação Rural de Muriaé, MG. (D. C. 8-7; pág. 6.269).

ECONOMIA CAFEEIRA

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Ferraz Igreja apresentou Projeto de Lei que dispõe sobre o financiamento das lavouras de café (D. C. 10-7; pág. 6.382).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o Projeto de Lei do Poder Executivo que autoriza a abertura de crédito especial para atender ao pagamento de bolsas de estudo concedidas a alunos da Escola Técnica Nacional (D. C. 8-7; pág. 6.268).

O Deputado Lauro Cruz apresentou Projeto de Lei que institui a cooperação entre a União e os municípios para desenvolvimento do ensino de grau médio no país (D. C. 10-7; pág. 6.382).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. E. S., um crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 para a aquisição de biblioteca musical pertencente a Abraão Carvalho, localizada no Distrito Federal (D. C. 11-7; pág. 6.438).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Lidos na hora do expediente os seguintes projetos de iniciativa do Poder Executivo: autoriza abertura de crédito especial para custear as despesas com a participação do Brasil na III Semana Internacional de Esportes Universitários, a realizar-se na cidade de Dortmund, Alemanha, no corrente ano; e idem para regularização de despesas com iluminação, força motriz e gás, realizadas além do crédito orçamentário próprio, pelo D. I. N., no exercício de 1952 (D. C. 8-7; págs. 6.266-67).

Com parecer das Comissões de Finanças, foi a imprimir o Projeto de Lei que permite, para cálculo do imposto complementar de renda dedução do quantitativo de aluguel de casa (D. C. 10-7; pág. 6.375).

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.348.642,80 para constituição de parte do capital da Caixa de Crédito de Pesca (D. C. 11-7; pág. 6.445).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a urgência para o Projeto de Lei do Poder Executivo que institui o Fundo Federal de Eletrificação (D. C. 11-7; pág. 6.413).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do Projeto de Lei que concede isenção de direitos de importação para embarcações destinadas à dragagem e aos serviços dos portos (D. C. 8-7; pág. 6.268). Aprovada na sessão de 8-7 (D.C. 9-7; pág. 6.340).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com parecer, o Projeto de Lei da Câmara que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, inclusive a taxa de previdência social, para importação de um órgão destinado ao Colégio Santa Inês, em SP. (D. C. 9-7; pág. 6.358).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado João Cabanas apresentou Projeto de Lei que regula a proporção em que deverá ser distribuída qualquer majoração de tarifas concedida pelo Governo visando melhoria de selários e vencimentos de empregados de companhias e empresas de transportes coletivos, ou concessionárias de serviços públicos, telefones, luz, água e esgotos (D. C. 9-7; pág. 6.335).

Em virtude de urgência concedida entra em discussão única o Projeto de Lei de iniciativa do Senado Federal que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho (D. C. 11-7; pág. 6.416). A discussão prosseguiu na sessão noturna de 10-7 (pág. 6.426).

No Senado Federal

Chega ao Senado o Projeto de Lei da Câmara que modifica o artigo 505 da Consolidação das Leis Trabalhistas (D. C. 8-7; pág. 6.299)..

Chega ao Senado o Projeto de Lei da Câmara que altera o critério de descontos de utilidade sobre o salário mínimo (D. C. 10-7; pág. 6.390).

ORGANIZAÇÃO

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Rio Branco (D. C. 10-7; pág. 6.391).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Lido o Projeto de Lei do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento da gratificação a que fizeram jus servidores do M.J.N.I. (D. C. 8-7; pág. 6.267).

Publicadas as redações finais dos seguintes Projetos: autoriza abertura de créditos suplementar e especial para atender às despesas de abono de emergência e salário-família ao pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal; e idem para o pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos (D. C. 8-7; pág. 6.268). Aprovadas na sessão de 8 de julho (D. C. 9-7; pág. 6.340).

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de Lei que dispõe sobre a taxa de câmbio em que devem ser processados os pagamentos a servidores no exterior (D. C. 8-7; pág. 6.269).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças foi a imprimir o Projeto de Lei que autoriza abertura de

crédito especial para pagamento de despesas de gratificação do pessoal das Agências Postais Telegráficas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (D.C. 9-7; pág. 6.333).

Publicado o parecer do Deputado Heitor Beltrão ao projeto de Lei que dispõe sobre aposentadoria e pensões do pessoal das Caixas Económicas Federais (D. C. 11-7; pág. 6.403)..

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. E. S., o crédito especial de Cr\$ 677.892,30, para pagamento de gratificação de magistério (D. C. 8-7; pág. 6.299).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de Resolução que dispõe sobre a aplicação, aos funcionários do Senado Federal do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (D. C. 8-7; pág. 6.305).

Foi enviado à Comissão de Serviço Público Civil o Projeto de Lei da Câmara que altera os quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Piauí, Paraíba e Pernambuco (D. C. 8-7; pág. 6.307).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de Lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. E. S., o crédito especial de Cr\$ 7.200,00 para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério à Professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari; b) que revoga o dispositivo da Lei n.º 1.584, de 1952, que veda a admissão a qualquer título de pessoal, sem prévio concurso público, nos quadros de qualquer natureza das autarquias federais e c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.F.I.C., crédito especial de Cr\$ 233.629,80 para pagamento de gratificação adicional a servidores daquele Ministério (D. C. 9-7; pág. 6.358).

PESSOAL MILITAR

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o Projeto de Lei da Câmara que eleva o limite de idade previsto no parágrafo único do art. 4º do D.L. n.º 2.066, de 7 de março de 1940 — limite de idade para promoção de Aspirante a 2º Tenente do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (D.C. 9-7; pág. 6.359).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

Em virtude da falta de número, não foi concluída na sessão de 7 de julho a votação, em segunda discussão, do Projeto de resolução que constitui uma comissão especial para relatar as emendas do Senado ao Projeto de Lei que dispõe sobre a constituição da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. (D. C. 8-7; pág. 6.284). Prosseguiu a votação (D. C. 11-7; pág. 6.413). Foi a imprimir a redação final (pág. 6.426).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o Projeto de Lei do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para as despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores do Ceará, R.G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (D. C. 8-7; pág. 6.266).

O Deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que concede pensão especial como auxílio educacional ao menor Luís Carlos Magalhães, filho de criação de Raul de Campos Gay (D. C. 9-7; pág. 6.334).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de Decreto Legislativo da Câmara que mantém o registro, sob reserva, das apostilas de aumento de pensão, lançadas nos títulos de Zilda Correia da Silva Pessoa, viúva de Agente Fiscal

de Impôsto de Consumo, cl. J, do Q.P. do Ministério da Fazenda (D. C. 8-7, pág. 6.305).

E' aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que modifica o Decreto-lei n.º 8.768, de 21 de janeiro de 1946 que concede aumento aos pensionistas do IPASE. Falaram durante a discussão os senadores Ismar de Góis e Mozart Lago (D. C. 8-7; pág. 6.309).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de Lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. J. N. I., o crédito especial de Cr\$ 1.497.600,00, para completar os pagamentos das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana; b) que concede a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos e à sua esposa, pais de Antônio de Siqueira Campos, a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais e c) que reabre os prazos a que se referem o § 3.º do art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, e o artigo 1.º da Lei n.º 1.063, de 13 de fevereiro de 1950, a fim de que os contribuintes do montepíeio militar e os civis em inatividade, que deixaram de requerer o benefício estabelecido na primeira disposição legal, possam fazê-lo até 180 dias, a contar da data da publicação desta lei. (D. C. 10-7; pág. 6.391-93).

Aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Djanira Lima da Cunha. (D. C. 11-7; pág. 6.445).

SAÚDE

No Senado Federal

Foi imprimir a redação final do substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. E. S., o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado ao combate ao Câncer em todo o País (D. C. 8-7; pág. 6.304).

Foi aprovado em discussão única, o projeto de lei da Câmara que cria o Ministério da Saúde (D. C. 9-7; página 6.365).

Foi lida a redação final do Projeto de Lei da Câmara que cria o Ministério da Saúde e Assistência (D. C. 11-7; pág. 6.441).

SELEÇÃO DE PESSOAL

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que dispõe sobre aprovação de candidatos ao concurso de Agente Fiscal do Impôsto de Consumo, reduzindo a nota final mínima para 50 pontos e assegurando imprescritibilidade do concurso (D. C. 8-7; pág. 6.269).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento Geral da República para 1951 e a arrecadação efetiva no exercício de 1951, das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas de que trata o Decreto-lei n.º 7.632, de 12 de junho de 1945, e destinadas uma, à execução de melhoramentos assenciais e outra à renovação de bens físicos (D. C. 8-7; pág. 6.265).

Com substitutivo das Comissões foi a imprimir o Projeto de lei que dispõe sobre a Ribeira Ferroviária do Nordeste (D. C. 9-7; pág. 6.327).

Aprovada a audiência da Comissão do Polígono das Sêcas para o Projeto de Lei que autoriza a contratar estudos de um plano para elevação das águas do rio São Francisco e seu lançamento pela serra do Araripe até os vales dos rios Jaguaribe e Piranhas (D. C. 9-7; pág. 6.340).

No Senado Federal

Chega ao Senado o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. V. O. P., crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para estudo e construção das rães de distribuição d'água potável e esgotado da cidade de S. Lourenço, MG. (D. C. 8-7; pág. 6.300).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Dolor de Andrade apresentou Projeto de Lei que modifica os artigos 43, 47 e 52 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral), na parte referente ao registro de candidatos, permitindo a sub-legenda (D. C. 7-7; pág. 6.252).

Lido na hora do expediente o Projeto de Lei do Poder Executivo que autoriza a abertura de crédito especial para atender às despesas de confecção dos dois murais que o Governo Brasileiro pretende oferecer à sede da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (D. C. 8-7; pág. 6.267).

Aprovado, em primeira discussão, o Projeto de Lei que institui o "Dia do Comerciante" (D. C. 11-7; pág. 6.415).

Também foi aprovado, em primeira discussão, o projeto de Lei que dispõe sobre a comemoração do I Centenário do nascimento de José do Patrocínio (D. C. 11-7; pág. 6.416).

No Senado Federal

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de Lei da Câmara: a) que fixa número de deputados, para a próxima Legislatura; e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação de gado por elas trazidos (D. C. 9-7; pág. 6.359).

Aprovado, em segunda discussão, o Projeto de Lei do Senado que modifica os artigos: 3.º e 4.º parágrafo único, 5.º, parágrafos 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança (D. C. 9-7; pág. 6.365).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 6 de julho, encaminhando a votação do requerimento de suspensão dos trabalhos em homenagem à Princesa Isabel, a Redentora, os deputados Fernando Ferrari e Otávio Lôbo (D. C. 7-7; pág. 6.252).

Falaram, na sessão de 7 de julho, os seguintes senhores deputados: Antenor Braga e Celso Pecanha para fazer o necrológio dos Srs. Gal. Edgardino de Azevedo Pinto e Comendador José Fonseca; Manuel Ribas para ler telegrama de funcionários lotados na Ribeira Viação Paraná-Santa Catarina sobre adicionais e salário-família; Vasconcelos Costa a fim de reclamar o início do asfaltamento da Rio-Bahia; Adail Barreto sobre o movimento paredista dos marítimos; Dix-Huit Rosado para ler telegrama de ferroviários da Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, denunciando perseguições do Doutor Edilson Fonseca; Magalhães Melo sobre a Rádio Jornal do Comércio de Pernambuco; Pereira da Silva agradecendo as provas de carinho que lhes dispensaram quando de sua enfermidade e congratulando-se com o Senhor Osvaldo Aranha pela liberação de recursos destinados às vítimas das enchentes do Rio Amazonas; Alberto Botino congratulando-se com os Municípios de Tambi e Pitangueiras pela data de sua fundação; Ostojá Roguski sobre o ajuste entre o I. N. P. e as entidades oficiais argentinas; Osvaldo Trigueiro para fazer o necrológio do Senhor Doutor José Marques da Silva Mariz; Coutinho Cavalcanti sobre o problema da energia elétrica; André Araújo acerca do problema da educação e saúde; Lacerda Werneck acerca das geadas que caíram nos Estados do Sul; Chagas Rodrigues sobre a Mensagem que o Senhor Presidente da República dirigiu à Câmara por ocasião da abertura dos tra-

lhos da seção legislativa; Afonso Arinos sobre questões políticas; Fernanão Ferrari para renovar pedido de informação ao Senhor Ministro da Viação acerca dos servidores do D.C.T.; Benjamim Farah para congratular-se com o Corpo de Bombeiros e protestar contra política negativa da CEXIM que males tem causado à lavoura, à indústria e ao comércio, inclusive unidades militares.

Falaram, na sessão de 8 de julho, os seguintes deputados: Magalhães Melo acerca do projeto que cria, na justiça do trabalho, as 3.as e 4.as Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede no Recife, Pernambuco; Paraílio Borba reiterando pedido de informações acerca do semi-abandono em que se encontra a estrada estratégica de rodagem que parte de Ponta Grossa e se destina à fronteira com a Argentina e Paraguai; Oscar Carneiro comunicando que tem recebido telegramas de aplauso ao Senhor Ministro da Viação por incentivar a construção de pequenos e médios açudes; Adail Barreto sobre a exposição Nacional do Câncer; Benjamim Farah para ler memorial de integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal pedindo atenção da Comissão Especial incumbida de fazer revisão no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares; Vasconcelos Costa para encaminhar dois projetos: um sobre doação de imóvel em Muriaé, à Associação Rural e outro assegurando aos que tenham nota inferior a 50 no concurso de Agente Fiscal do Impôsto de Consumo realizado pelo D. A. S. P. direito a nomeação; José Joffily sobre o falecimento do Senhor Deputado Sílvio Mariz; Dilermando Cruz acerca de negociações para a obtenção de um empréstimo de dólares; Celso Peçanha apresentando projeto que autoriza a venda a servidores federais de lotes e casas por elas ocupadas no Núcleo Colônia São Bento, localizado no 2.º Distrito do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro; André Araújo sobre a enchente do rio Amazonas; Luís Garcia acerca de transferências de servidores do D. C. T.; Wolfram Metzler a respeito da morosidade das comunicações telegráficas com Pôrto Alegre; Ferraz Igreja para tecer comentários sobre problemas agrícolas e para apresentar projeto de lei que dispõe sobre o financiamento das lavouras de café; José Bonifácio para saudar o Correio do Dia novo órgão de imprensa que está circulando em Belo Horizonte; Hugo Carneiro para consignar palavras de conforto aos dirigentes de grande estabelecimento devorado pelo fogo na Capital da República; Dolor de Andrade sobre projeto que apresentou permitindo a sub-legenda; Vieira Lins apelando ao Diretor do D.C.T. para funcionar a Agência Telegráfica de Cornélio Procópio; Arruda Câmara comunicando que a Comissão que representou a Câmara na recepção e acompanhamento dos despojos da Princesa Izabel e do Conde d'Eu se desincumbiu da missão; Chagas Rodrigues para completar suas considerações acerca da Mensagem do Senhor Presidente da República encaminhada ao Congresso por ocasião da abertura dos trabalhos da sessão legislativa; Monteiro de Castro para ler telegrama do Presidente do Diretório da U. D. N. do Município de Piuim no Estdo de Minas comunicando agressão sofrida pelo Juiz de Direito Alfredo Guimarães Chagas e Herbert Levy para tecer considerações sobre as consequências da geadas nos Estados do Sul e para criticar as ações do ex-Ministro da Fazenda e do ex-Ministro das Relações Exteriores.

Falaram na sessão de 9 de julho os seguintes deputados: Benedito Vaz, José Fleury, Paulo Fleury, João D'Abreu, Miguel Couto, Benjamim Farah, Vasconcelos Costa, Oscar Carneiro, Raul Pila, Vieira Lins, Alberto Deodato, José Guimarães, Wolfram Metzler, Adroaldo Costa, Filadelfo Garcia, Leão Sampaio e Antenor Borges e Pereira da Silva para encaminharem a votação do requerimento que manda suspender a sessão pelo falecimento do Senhor Deputado Plínio Gayer.

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Ocuparam a Tribuna, na sessão de 10 de julho, os seguintes senhores deputados: Carmelo D'Agostino pedindo informações ao Senhor Ministro da Marinha acerca de um transporte de 3.000 caixas de whisky feito pelo

navio de Guerra "Almirante Barroso"; Epílogo Campos a respeito dos servidores do Serviço Especial de Saúde Pública; Paraílio Borba para ler telegrama aos cafeicultores do Sul sobre estragos ocasionados pela geadas; Magalhães Melo sobre a reestruturação dos órgãos e quadros de pessoal da Secretaria de Segurança Pública de seu Estado; Sá Calvanti acerca da reunião das Associações Comerciais sobre as atividades econômicas e financeiras; Muniz Falcão lendo telegramas da Seção de Fomento Agrícola de Alagoas alegando que não recebeu o abono de emergência; Coutinho Cavalcânti reverenciando a memória do Senhor Doutor Antônio Luís do Rêgo; Chagas Rodrigues apelando ao Senhor Diretor da Aeronáutica Civil no sentido de que seja doado ao Aeroclube de Piauí um avião de treinamento; Breno da Silveira sobre o aniversário de fundação do I. A. P. B.; Dolor de Andrade para fazer considerações em torno do desenvolvimento econômico da bacia dos rios Paraná-Uruguai; Frota Aguiar sobre a ação movida pelos fiscais de obras contra a Prefeitura do Distrito Federal; Celso Peçanha acerca do aniversário do I. A. P. B.; Antônio Noschese sobre o 21.º aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo; Herbert Levy a respeito de problemas financeiros e econômicos; Francisco Macedo acerca de política interna no Estado de Sergipe; Sales Machado para comunicar que se desincumbiu do mandato de acompanhar os restos mortais do Senhor Deputado Plínio Gayer; Roberto Morena quando da votação, em segunda discussão, do projeto de resolução que constitui uma Comissão Especial para dar parecer sobre as emendas oferecidas pelo Senado ao Projeto da Petrobras; José Fleury acerca da morte do Senhor Deputado Plínio Gayer; Vieira Lins sobre problemas acerca da proteção dos recursos materiais do País; ainda a respeito do mesmo assunto ocupou a Tribuna o Senhor Herbert Levy; Alberto Botino quando da primeira discussão do projeto que institui o "Dia do Comerciante"; Nestor Jost, Celso Peçanha quando da primeira discussão do projeto que autoriza pelo M.E.S., abertura de crédito para pagamento das despesas com o V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em Pôrto Alegre; Muniz Falcão quando da discussão única do projeto que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho; Diniz Gonçalves para lamentar incidentes ocorridos na cidade de Estância, em Sergipe; Coelho de Sousa sobre a Companhia de Jesus; Wilson Cunha para abordar assuntos atinentes à administração e à política do Estado do Espírito Santo; Emilio Carlos sobre política econômica e financeira; Muniz Falcão e Nelson Omegna quando da discussão única do Projeto do Senado que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 7 de julho, os seguintes senhores senadores: Alencastro Guimarães criticando a CEXIM; Vitorino Freire acerca de artigo publicado na Imprensa Carioca sobre a defesa que fez do Senhor Vicente Ráo; Magalhães Barata a respeito do levante de 5 de julho de 1922; Hamilton Nogueira lembrando a data natalícia do cientista brasileiro Artur Ramos e Ismar de Góis acerca do projeto que concede aumento aos pensionistas do IPASE.

Falaram na sessão de 8 de julho os seguintes senhores deputados: Alencastro Guimarães para continuar sua crítica à CEXIM; Ferreira de Sousa para relatar seu parecer ao projeto que cria o Ministério da Saúde e Assistência; Vivaldo Lima, Aloísio de Castro e Mozart Lago durante a discussão única do projeto que cria o Ministério da Saúde e Assistência e Francisco Galotti para ler telegrama que funcionário da antiga Empresa LUNDER de Três Barras, Estado de Santa Catarina, sobre ordens do Ministro da Guerra para o Serviço Regional de Subsistência não mais fornecia gêneros para o abastecimento local.

Falaram, na sessão de 9 de julho, os seguintes senhores senadores: Levindo Coelho sobre a figura de D. Isabel de Bragança D'Orleans e Costa Pereira sobre o falecimento do Senhor Plínio Gayer.

Falaram, na sessão de 10 de julho, os seguintes senhores senadores: Ezequias da Rocha acerca de problemas econômicos e Jones de Oliveira sobre o projeto que trata de organização sindical.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Ostoja Roguski, sobre os motivos que impedem o regular pagamento, aos servidores da Ráde de Viação Paraná-Santa Catarina, dos benefícios do salário-família e adicionais, instituídos por lei; e do Deputado Vasconcelos Costa, sobre o abandono em que se encontra a Rodovia Rio-Bahia (D. C. 8-7; pág. 6.269).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre aplicação dada às cambiais adquiridas por conta do Governo Federal à taxa oficial; do mesmo, sobre o pagamento de vencimentos e vantagens a servidores em missão no estrangeiro; ao Ministério da Viação, sobre projeto de lei que concede franquia postal-telegráfica a todos os leprosários existentes no território nacional; do mesmo, sobre estoque de medidores de gás disponíveis na Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro; do Ministério da Agricultura, sobre derrubada de mangueiras situadas no antigo Convento do Carmo, em Guaratiba; ao mesmo sobre autorização para funcionamento de empresa fornecedora de energia elétrica no Município de Congonhas do Campo, MG.; do Ministério da Educação, sobre registro de contrato; do mesmo, sobre projeto de lei que dispõe sobre assistência à maternidade, infância e adolescência; do Ministério da Justiça, sobre projeto de lei que transfere para a inatividade os oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, que atingirem o último posto do Quadro; do mesmo, sobre questões ligadas à Empresa Zeladora de Automóveis; do Ministério do Exterior, sobre criação de cargos na carreira de Diplomata; e do Superior Tribunal Militar, sobre projeto de lei que institui novo Código da Justiça Militar (D. C. 9-7; págs. 6.319-27).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, solicitando a audiência do Ministério da Fazenda para a obtenção de esclarecimentos sobre arrecadação dos 25% do imposto único sobre derivados do petróleo; da Comissão de Justiça, sobre audiência do M. J. N. I.,

para projeto de lei que permite a livre entrada de qualquer estrangeiro no território nacional; e da Comissão de Serviço Público Civil, sobre projeto de lei que autoriza agentes fiscais do imposto de consumo a indenizar a Fazenda Nacional das dívidas de contribuições para o montepíio civil, em atraso (D. C. 9-7; pág. 6.334).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério do Trabalho, sobre pessoal dos sanatórios do IAPB; do Ministério da Fazenda, sobre arrecadação do adicional de imposto de renda; do mesmo, sobre empréstimo obtido pelo Brasil no Eximbak; do mesmo, sobre constituição da sociedade Agropecuária Brasileira S. A. do mesmo, sobre empréstimo pleiteado pela Associação Rural de Cachoeira do Sul (D. C. 11-7; págs. 6.423-25).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Aliomar Baleeiro, sobre as atividades do Banco de Desenvolvimento Econômico desde o início do seu funcionamento; do Deputado Fernando Ferrari, sobre o número e a utilização dada pelo D. C. T. aos seus veículos motorizados; do Deputado Vasconcelos Costa, sobre os motivos de paralisação das obras de edifícios destinados a agências postais-telegráficas em Minas Gerais; e do Deputado Aliomar Baleeiro, sobre indultos concedidos em 1947 até 1950 (D. C. 11-7; págs. 6.425-26).

No Senado Federal

Recebidas as informações da Superintendência das E. I. P. N. sobre as terras denominadas "Divisão Boa Vista" (D. C. 8-7; pág. 6.298).

O Senador Mozart Lago apresentou requerimento para conhecer as conclusões de inquérito mandado proceder no D. C. T. (D. C. 8-7; pág. 6.306).

O Senador João Vilasboas requereu ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre a veracidade de atos atribuídos ao embaixador do Brasil em Buenos Aires (D. C. 10-7; pág. 6.393).

Chegam ao Senado Federal as informações da Secretaria de Saúde e Assistência sobre e surto de poliomielite no Distrito Federal (D. C. 11-7; pág. 6.434).